

PERFIL do ECOSISTEMA

HOTSPOT de BIODIVERSIDADE
DA BACIA MEDITERRÂNICA
ACTUALIZAÇÃO de 2024

RESUMO TÉCNICO ALARGADO

DEZEMBRO DE 2024

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ENQUADRAMENTO	5
3. FASES I E II DO INVESTIMENTO DO CEPF: VISÃO GERAL E LIÇÕES APRENDIDAS	6
3.1 Estratégia de investimento e resultados para as fases I e II.....	6
3.2 Visão geral das aprendizagens das fases I e II	8
Questões temáticas	9
4. IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA DO HOTSPOT	11
5. RESULTADOS DE CONSERVAÇÃO DEFINIDOS PARA O HOTSPOT	12
5.1 Introdução.....	12
5.2 Resultados para as espécies.....	12
5.3 Resultados para os sítios	13
5.4 Resultados para o corredor	15
6. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DO HOTSPOT.....	17
6.1 Contexto	17
6.2 Tendências demográficas e sociais.....	17
7. CONTEXTO POLÍTICO DO HOTSPOT	18
8. CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL DO HOTSPOT	20
9. AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE NO HOTSPOT.....	22
10. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.....	24
11. AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO ACTUAL EM CONSERVAÇÃO	25
12. NICHOS DE INVESTIMENTO DO CEPF.....	27
12.1 Países elegíveis	27
12.2 Princípios orientadores da acção do CEPF.....	27
12.3 Historial das orientações estratégicas	28
13. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E ENFOQUE PROGRAMÁTICO DO CEPF, 2025-2030.....	30
Orientação estratégica 1. Apoiar parcerias locais para a conservação da biodiversidade costeira de importância global	33
Orientação estratégica 2. Promover os valores dos ecossistemas dulçaquícolas e promover a sua protecção, restauro e gestão melhorada	35
Orientação estratégica 3. Promover práticas tradicionais de uso do solo que mantenham a biodiversidade em corredores prioritários	38
Orientação estratégica 4. Reforçar o envolvimento da sociedade civil para apoiar a conservação de plantas e de comunidades vegetais ameaçadas.....	41
Orientação estratégica 5. Facilitar o desenvolvimento de uma comunidade robusta e resiliente de Organizações da Sociedade Civil (OSC) de conservação.....	43
Orientação estratégica 6. Disponibilizar liderança estratégica e coordenação eficaz do investimento em conservação através de uma equipa regional de implementação	45
14. QUADRO DE RESULTADOS	47
15. SUSTENTABILIDADE	52

1. INTRODUÇÃO

Fundado em 2000, o Critical Ecosystem Partnership Fund (CEPF; Fundo de Parcerias para os Ecossistemas Críticos) tornou-se um líder global ao permitir que a sociedade civil participe e influencie a conservação de alguns dos hotspots¹ do mundo. O CEPF é uma iniciativa conjunta da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), da Conservation International (CI), da União Europeia (UE), da Fundação Hans Wilsdorf, do Fundo Global para o Ambiente (GEF), do Governo do Japão e do Banco Mundial. Sendo um dos fundadores, a CI administra o programa global e acolhe o Secretariado do CEPF.

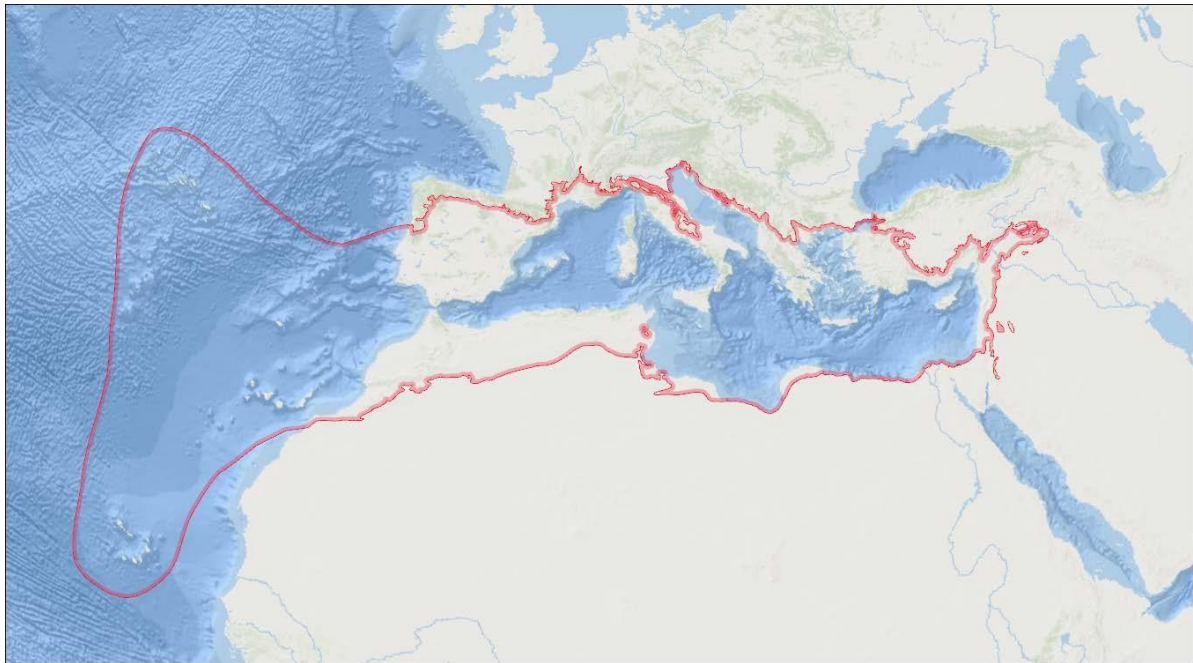
O Hotspot da Bacia Mediterrânica é o segundo maior hotspot do mundo e a maior das cinco regiões de clima mediterrânico a nível mundial. Abrange 2,085,292 km² e estende-se de oeste para leste, de Portugal à Jordânia e, de norte para sul, do norte de Itália à Tunísia. Inclui também partes de Espanha, da França, da maioria dos Estados dos Balcãs, da Turquia, partes da região do Médio Oriente, Egipto, Líbia, Marrocos e Argélia, bem como cerca de 5,000 ilhas espalhadas pelo Mar Mediterrâneo. A oeste do continente, o hotspot inclui uma série de ilhas atlânticas: as Canárias, a Madeira, as Selvagens, os Açores e Cabo Verde (Figura 1.1).

Em 2012, o CEPF iniciou um programa de investimento de cinco anos no Hotspot da Bacia Mediterrânica, que resultou na atribuição de 108 subvenções a 83 organizações diferentes em 12 países, num valor total de 11 milhões de dólares. Uma segunda fase decorreu de 2017 a 2024 (com prorrogações) e concedeu mais 200 subvenções a 133 organizações em 13 países, num valor total de 13.9 milhões de dólares. Desde o início do investimento, partes da região sofreram mudanças políticas dramáticas, colectivamente designadas por Primavera Árabe, que tiveram efeitos profundos na estabilidade e nas economias, bem como no papel e nas oportunidades da sociedade civil nesses países. A guerra continuou na Síria, a insegurança é um obstáculo às actividades de conservação em partes da Líbia e, em menor escala, noutros locais. A pandemia de COVID-19 teve um impacto dramático nas vidas em todo o hotspot e afectou a execução do programa, especialmente em 2020 e 2021. Mais recentemente, a evolução dramática da situação geopolítica e de segurança no Médio Oriente, em especial na Palestina e no Líbano, teve um impacto nos habitantes e nas organizações desta parte do hotspot.

As perturbações políticas e a insegurança, bem como a incerteza económica mundial e a pandemia, tiveram um impacto num dos principais motores da actividade económica da região, o turismo. O crescimento das populações e a consequente actividade económica estão a aumentar a procura de energia, de água e de infraestruturas. As alterações climáticas estão a agravar o problema e todos os países da parte sul do hotspot registam um défice de água. O número e a magnitude crescentes dos investimentos no sector da água causaram danos irreversíveis ao frágil ciclo hidrológico das pequenas bacias hidrográficas do hotspot.

¹ Pontos críticos para a conservação da biodiversidade a nível mundial.

Figura 1.1 Localização do Hotspot da Bacia Mediterrânea



2. ENQUADRAMENTO

O perfil do ecossistema apresenta uma perspectiva do Hotspot da Bacia Mediterrânica em termos da sua importância para a conservação da biodiversidade, das principais ameaças à biodiversidade e do contexto socioeconómico, político e da sociedade civil em que a conservação se insere. O perfil apresenta também avaliações das implicações das alterações climáticas para a conservação da biodiversidade no hotspot. Define um conjunto de resultados de conservação à escala das espécies, dos sítios e dos corredores, e identifica prioridades para o investimento em conservação dentro destes.

O perfil do ecossistema conclui com uma estratégia de investimento de seis anos para os esforços de conservação liderados pela sociedade civil no hotspot. Esta estratégia compreende uma série de oportunidades de financiamento estratégico, denominadas orientações estratégicas, divididas numa série de prioridades de investimento que definem os tipos de actividades que serão elegíveis para financiamento. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) ou indivíduos podem propor projectos que ajudarão a implementar a estratégia, abordando pelo menos uma das prioridades de investimento. O perfil do ecossistema não inclui conceitos de projecto específicos, uma vez que as OSC os desenvolverão como parte dos seus pedidos de financiamento. Os candidatos devem preparar propostas pormenorizadas que identifiquem e descrevam as intervenções e os indicadores de desempenho que serão utilizados para avaliar o êxito dos seus projectos.

Tabela 2.1. Países abrangidos pelo perfil do ecossistema

Sub-região	País	Investimento Anterior do CEPF
Balcãs	Albânia	Sim
	Bósnia e Herzegovina	Sim
	Kosovo	Não
	Macedónia do Norte	Sim
	Montenegro	Sim
Médio Oriente	Iraque	Não
	Jordânia	Sim
	Líbano	Sim
	Palestina	Sim
	Síria	Não
Norte de África	Argélia	Sim
	Egipto	Sim
	Líbia	Sim
	Marrocos	Sim
	Tunísia	Sim
Macaronésia	Cabo Verde	Sim
Turquia	Turquia	Não no âmbito do investimento no Mediterrâneo

3. FASES I E II DO INVESTIMENTO DO CEPF: VISÃO GERAL E LIÇÕES APRENDIDAS

3.1 Estratégia de investimento e resultados para as fases I e II

O perfil do ecossistema¹ que orientou a primeira fase de investimento do CEPF no Hotspot da Bacia Mediterrânica foi formulado em 2010, através de um processo inclusivo e participativo que envolveu mais de 100 especialistas da sociedade civil, doadores e actores do governo em toda a região. O perfil do ecossistema definiu prioridades geográficas para o investimento do CEPF, consistindo em 70 KBA elegíveis para o investimento do CEPF, juntamente com seis corredores prioritários.

A estratégia de investimento do CEPF para a primeira fase incluía 13 prioridades de investimento agrupadas em quatro orientações estratégicas:

1. Promover a participação da sociedade civil na Gestão Integrada da Zona Costeira para minimizar os efeitos negativos do desenvolvimento costeiro em três corredores prioritários (Sudoeste dos Balcãs; Península Cirenaica; e Montanhas, Planaltos e Zonas Húmidas do Tell Argelino e da Tunísia), e em 20 Áreas-Chave para a Biodiversidade costeiras e marinhas prioritárias noutros corredores;
2. Estabelecer a gestão sustentável das bacias hidrográficas e a utilização racional dos recursos hídricos, com especial incidência nos corredores prioritários das (1) Montanhas do Atlas, (2) Montes Tauro, (3) Vale do Orontes e Montanhas do Líbano e (4) Sudoeste dos Balcãs;
3. Melhorar o estado de conservação e de protecção de 44 áreas-chave para a biodiversidade prioritárias;
4. Disponibilizar liderança estratégica e coordenação eficaz do investimento do CEPF através de uma Equipa Regional de Implementação.

Durante a fase I, o primeiro investimento do CEPF na bacia mediterrânica foi limitado a 12 países. Não foram assegurados compromissos nacionais para o Egipto e a Turquia, ao passo que a situação política e de segurança impediu o trabalho na Síria. A Croácia foi elegível por pouco tempo, antes da sua adesão à UE. A autorização de despesa foi inicialmente fixada em 10 milhões de dólares, mas aumentou para 11 milhões de dólares em 2013, com o compromisso de fundos adicionais da Fundação MAVA. O CEPF apoiou 108 projectos nos 12 países elegíveis, distribuídos equitativamente entre grandes e pequenas subvenções, sendo estas últimas inferiores a 20,000 dólares nessa altura. O papel da Equipa Regional de Implementação foi atribuído a um consórcio da BirdLife International e de parceiros da BirdLife.

A avaliação final² foi efectuada em 2017. Alguns dos impactos mais importantes da fase I foram os seguintes:

Conservação da Biodiversidade:

- Actividades em 65 KBA.
- Reforço da gestão em 51 KBA, abrangendo 2,177,000 ha.
- 8 novas áreas protegidas criadas, abrangendo 27,651 ha.
- Declaradas 11 novas áreas protegidas como resultado do investimento da Fase I, abrangendo 54,502 ha (algumas declaradas oficialmente vários anos após o encerramento desta fase).
- Projectos de apoio à gestão de 30 áreas protegidas. Oitenta por cento (80%) das áreas protegidas visadas melhoraram a gestão (medida pela Ferramenta de Monitorização da Eficácia da Gestão), abrangendo 1,114,000 ha.
- Melhoria da gestão dos recursos naturais em 1,485,000 ha de paisagem produtiva, em colaboração com as comunidades locais.

¹ www.cepf.net/resources/ecosystem-profile-documents/mediterranean-basin-ecosystem-profile-0

² www.cepf.net/resources/investment-analysis/mediterranean-basin-final-assessment

Reforço da Sociedade Civil:

- 91 organizações beneficiárias.
- 81% das subvenções a OSC nacionais/locais (60% do financiamento).
- 72% das organizações com capacidade melhorada, conforme monitorizado pela Ferramenta de Monitorização da Sociedade Civil (16% com um aumento superior a 25%).
- 8 redes da sociedade civil criadas, financiadas 11 no total.

Bem-estar Humano:

- 48 projectos incluíram acções de conservação de base comunitária.
- 12,000 pessoas com rendimentos acrescidos através de actividades de subsistência.
- 400 postos de trabalho criados no sector do ecoturismo e em pequenas empresas da região.

Criação de condições propícias:

- Avaliação das KBA dulçaquícolas em 12 países da Bacia Mediterrânica.
- Avaliação das Áreas Importantes para as Plantas no Líbano e em Cabo Verde.
- 15 políticas, leis ou regulamentos influenciados, integrando a conservação da biodiversidade em sete países.

O segundo Perfil do Ecosistema foi adoptado em 2017, na sequência de um processo inclusivo para o qual contribuíram mais de 500 intervenientes. A nova estratégia incluía seis orientações estratégicas:

1. Apoiar a sociedade civil para envolver as partes interessadas na demonstração de abordagens integradas para a preservação da biodiversidade nas zonas costeiras.
2. Apoiar a gestão sustentável das bacias hidrográficas através de abordagens integradas para a conservação da biodiversidade dulçaquícola ameaçada.
3. Promover a manutenção das práticas tradicionais de uso do território necessárias para a conservação da biodiversidade mediterrânica em corredores prioritários de elevado valor cultural e de biodiversidade.
4. Reforçar o envolvimento da sociedade civil no apoio à conservação das plantas criticamente ameaçadas ou com áreas de distribuição muito restritas.
5. Reforçar a comunidade regional de conservação através da partilha das boas práticas e conhecimentos entre os beneficiários do hotspot.
6. Disponibilizar liderança estratégica e coordenação eficaz do investimento do CEPF através de uma Equipa Regional de Implementação.

O investimento continuou nos mesmos países que na fase I, com novos investimentos no Egipto e na Palestina, sendo esta última incluída no programa na sequência de uma decisão do Conselho de Doadores do CEPF em outubro de 2019. A BirdLife International continuou a assumir o papel de Equipa Regional de Implementação. Durante esta fase, o CEPF investiu cerca de US\$ 13 milhões em 170 subvenções, das quais 154 (90%) para organizações locais – uma evolução significativa em relação à fase I, quando estas representavam 75% das subvenções. Esta tendência reflecte o aumento da capacidade das organizações locais na região.

A avaliação final¹ da fase II foi realizada em 2024. Alguns dos impactos mais importantes da fase II foram os seguintes:

Conservação da Biodiversidade:

- 163 espécies globalmente ameaçadas beneficiaram de acções de conservação;
- 96% destas espécies beneficiaram de actividades de investigação e de monitorização;
- 57% beneficiaram da preservação/restauro dos seus habitats;
- 34% das espécies beneficiaram de acções directas de conservação;
- A gestão de 69 KBA, que cobrem 624,497 ha, foi reforçada;

¹ www.cepf.net/resources/investment-analysis/mediterranean-basin-phase-ii-final-assessment

- Foi apoiada a criação de 11 novas áreas protegidas e a ampliação de quatro áreas existentes, abrangendo um total de 8,420 ha;
-
- Os METT que medem a eficácia da gestão foram concluídos para 52 áreas protegidas, alcançando uma área total de 973,108 ha. Em média, as áreas protegidas onde o CEPF apoiou o envolvimento das OSC registaram um aumento da sua pontuação em 9.3 pontos, passando de uma nota média inicial de 41.4 para uma média de 50.6 no final da fase.

Reforço da Sociedade Civil:

- Foram apoiados 170 projectos (contando apenas os que terminaram antes de Dezembro de 2023), que foram implementados por 129 organizações individuais.
- Destas 129 organizações, as Ferramentas de Monitorização da Sociedade Civil de caracterização das situações de referência e final foram concluídas por 99 organizações, das quais 78% comunicaram um aumento da sua pontuação.
- Além disso, 57% dos beneficiários (47 organizações) relataram uma maior integração do género nas suas organizações (utilizando a Ferramenta de Monitorização do Género).
- Foram concedidas 154 subvenções a organizações locais/nacionais (49 grandes subvenções e 105 pequenas subvenções), representando 91% dos projectos ou 89% do orçamento para a concessão de subvenções.

Bem-estar Humano:

- 2,372 pessoas (854 mulheres e 1,518 homens) receberam benefícios económicos directos.
- 205 comunidades, constituídas por um número estimado de 150,000 pessoas (54% homens, 46% mulheres), foram beneficiadas, incluindo a melhoria do acesso aos recursos naturais, o desenvolvimento de novos mercados para os produtos locais, o aumento do ecoturismo, a protecção das fontes de água, etc.

Criação de condições propícias:

- Os beneficiários apoiaram a declaração oficial de 39 políticas ou regulamentos.
- Os beneficiários do CEPF alavancaram um total combinado de US\$ 6,659,071 em financiamento adicional para os seus projectos e organizações.

3.2 Visão geral das aprendizagens das fases I e II

A Bacia do Mediterrâneo dispõe de um ambiente de doadores amplo e dinâmico. O CEPF ocupa um nicho essencial, posicionando-se actualmente como um dos principais financiadores da conservação da biodiversidade através das OSC locais e nacionais. O CEPF desempenha um papel catalisador, com muitos exemplos de jovens organizações que receberam subvenções do CEPF e conseguiram obter fundos maiores de outros doadores.

A Fase II testemunhou alguns impactos impressionantes, em que vários projectos de natureza complementar foram executados por diferentes organizações na mesma zona, por exemplo, no Lago Skadar e nas Salinas de Ulcinj, no Montenegro. Com frequência, a prorrogação das subvenções ou a concessão de subvenções para actividades de continuidade trouxe grandes benefícios. Ao considerar as prioridades para a fase III, deve ser dada especial atenção aos casos em que a continuidade dos projectos da fase II ainda pode trazer benefícios.

Os consultados apreciaram o facto de o CEPF continuar disposto a investir em países ou partes de países considerados de alto risco. Este facto permitiu às OSC a oportunidade de reforçarem as suas capacidades e adquirirem experiência em zonas em que os outros doadores têm relutância em apoiar o trabalho. Na fase II, os projectos na Palestina obtiveram excelentes resultados, enquanto as ONG da Líbia realizaram um bom trabalho, apesar das contínuas preocupações com a segurança.

Olhando para o futuro, poderá haver oportunidades semelhantes para apoiar as OSC em situações de pós-conflito/crise nos próximos cinco anos.

Em alguns países onde foi possível investir na fase II, as questões políticas e práticas restringiram, mesmo assim, o número de projectos executados. Tal é particularmente verdade na Argélia e no Egipto, onde existem algumas restrições ao funcionamento das ONG, bem como dificuldades práticas no desembolso de fundos. Foi possível realizar algum trabalho através de subvenções a entidades, como empresas privadas e universidades. Trata-se de países importantes para a biodiversidade e o CEPF deve continuar a explorar formas de aumentar o apoio à sociedade civil nestes países.

Reforço de capacidades e desenvolvimento organizacional

As iniciativas da Fase II deram um forte contributo para o reforço de capacidades, no contexto do desenvolvimento e implementação de projectos, mas também de forma mais genérica para as organizações, uma vez que o CEPF estruturou a sua abordagem ao desenvolvimento organizacional de forma mais eficaz. Foram notáveis os contributos para o desenvolvimento de estratégias e planos organizacionais, a introdução de eventos de formação sobre a concepção de projectos e a elaboração de propostas de projectos, bem como as oportunidades de formação para jovens taxonomistas. Foi feita uma boa utilização da rede de beneficiários, uma vez que indivíduos e instituições mais experientes estão frequentemente em melhor posição para ajudar os outros.

As organizações foram ajudadas a formar redes formais ou informais de beneficiários a nível local, nacional ou sub-regional. Estas redes funcionam melhor quando têm objectivos claros sobre as áreas em que a colaboração pode trazer valor acrescentado. Podem também constituir o quadro para esforços mais estruturados de reforço das capacidades da sociedade civil no sector da conservação. A troca de experiências tem-se revelado importante para o reforço de capacidades das ONG individuais, bem como para o desenvolvimento de uma "comunidade conservacionista" mais forte, capaz de influenciar a elaboração de políticas e as empresas.

O CEPF tem desempenhado um papel importante na promoção de uma maior igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. A dinamização de debates em acções de formação e workshops de desenvolvimento de projectos tem sido fundamental para este objectivo, assim como a utilização sistemática de dados desagregados por género.

O investimento gerou alguns resultados excelentes e diversos projectos que, por si só, têm potencial para serem ampliados e reproduzidos nos seus países ou em países vizinhos.

Questões temáticas

O foco nas KBA e nas espécies globalmente ameaçadas permite que o investimento do CEPF seja priorizado onde é mais necessário. As revisões e avaliações concluíram que as abordagens às KBA e às orientações estratégicas estavam correctas. Será importante manter a flexibilidade onde o conhecimento é incompleto, onde a segurança limita a capacidade de trabalho e onde espécies-chave ocorrem fora das KBA.

Influenciar políticas continuou a ser um desafio para a maioria dos beneficiários do CEPF, apesar de alguns sucessos, nomeadamente na prevenção de desenvolvimento prejudicial. Os sucessos das políticas foram frequentemente alcançados junto dos governos provinciais e locais. Apoiar os governos na implementação dos seus próprios programas pode ser uma perspectiva mais viável nalguns países e é uma forma eficaz de estabelecer melhores relações e criar confiança.

A participação do sector privado na fase II continuou a ser limitada, embora tenha havido alguns exemplos de subvenções concluídas com sucesso pelo sector privado, que, em alguns casos, encarou esta iniciativa como parte da sua responsabilidade social, uma vez que realizou trabalhos com lucros muito reduzidos. A nível local, os projectos que apoiaram a criação de pequenas empresas ou cooperativas locais, do modo a permitir

que a população local obtivesse benefícios económicos da produção local ou do turismo, foram frequentemente bem-sucedidos. Estas empresas demonstraram igualmente o valor e os benefícios resultantes das práticas de conservação.

É essencial considerar a potencial adaptação às alterações climáticas em todos os projectos relevantes, devido ao seu impacto significativo no sucesso e na sustentabilidade das iniciativas. Tal pode fazer parte de uma abordagem mais alargada da gestão de riscos, contribuindo simultaneamente para o bem-estar das comunidades e a conservação dos ecossistemas.

4. IMPORTÂNCIA BIOLÓGICA DO HOTSPOT

A Bacia Mediterrânea é o terceiro hotspot mais rico do mundo em termos de diversidade de plantas (Mittermeier *et al.* 2004) e uma das zonas mais importantes do planeta para as plantas endêmicas. A região suporta seis biomas terrestres: as florestas, bosques e matagais mediterrânicos são os mais extensos, mas existem áreas mais pequenas de florestas secas de folha caduca, florestas mistas, florestas de coníferas, prados de montanha, desertos e matagais xéricos. Existem também quatro biomas de água doce: rios costeiros, rios de planícies aluviais temperadas e zonas húmidas, bacias dulçaquícolas xéricas e bacias endorreicas (fechadas), e grandes deltas de rios. A extraordinária biodiversidade do hotspot inclui:

- 10% das **plantas** do mundo (cerca de 25,000 espécies), quase metade das quais são endêmicas do hotspot (Blondel *et al.* 2010). Muitas das plantas endêmicas e de distribuição restrita dependem de habitats antropogénicos, que são resultado de milhares de anos de gestão humana. Como resultado, muitas espécies estão ameaçadas por alterações no uso do solo e abandono rural (Sirami *et al.* 2010).
- Quase 300 espécies de **mamíferos**, 38 das quais são endêmicas terrestres.
- 534 espécies de **aves**, incluindo 63 espécies endêmicas. Milhões de aves migradoras atravessam o hotspot nas rotas migratórias do Atlântico Este, do Mar Negro-Mediterrâneo e da África Oriental-Ásia Ocidental.
- Números excepcionais de **répteis** endémicos: 117 das 308 espécies (quase 40%) são endêmicas. Nas ilhas da Macaronésia (incluindo Cabo Verde), 90% das espécies de répteis são endêmicas.
- Um número muito elevado de espécies de **peixes de água doce** (622 no total), metade das quais são endêmicas ao hotspot, incluindo muitas limitadas a um único lago ou sistema fluvial.
- Mais de 600 espécies de **peixes marinhos** no mar Mediterrâneo, 74 das quais são endêmicas deste mar. Considerando ictiofauna da parte atlântica oriental do hotspot, o total para o hotspot é de 1,122 espécies, 122 das quais são endêmicas do hotspot.
- Pelo menos 629 espécies de **moluscos de água doce** encontram-se nos lagos antigos, nas grandes bacias hidrográficas e nas bacias artesianas da região; 384 delas são endêmicas e muitas estão ameaçadas de extinção.

5. RESULTADOS DE CONSERVAÇÃO DEFINIDOS PARA O HOTSPOT

5.1 Introdução

Apesar da sua singularidade e fragilidade, o Hotspot da Bacia Mediterrânica tem de proporcionar sustento a 200-300 milhões de pessoas numa região de importância política e económica mundial. Mesmo com recursos ilimitados, seria impossível manter todas as espécies e ecossistemas do hotspot no seu estado actual. Contudo, os recursos são muito limitados e a conservação tem de competir pelo espaço com os usos do solo que são economicamente mais produtivos. Por conseguinte, é necessário fazer escolhas sobre quais as espécies, sítios e corredores que são mais importantes, viáveis ou urgentes de conservar. Estas prioridades (ou "resultados de conservação") constituem uma agenda a longo prazo para o hotspot, que necessita do apoio dos governos, da sociedade civil e dos financiadores. Nos próximos seis anos, dentro dos limites do orçamento disponível e com foco na sociedade civil, o CEPF não poderá abordar mais do que uma pequena parte dessas prioridades, nos 14 países actualmente elegíveis. Os capítulos 12 e 13 definem mais especificamente os resultados que serão apoiados pelo CEPF nos próximos seis anos.

5.2 Resultados para as espécies

Os resultados das espécies compreendem todas as espécies que ocorrem regularmente no hotspot e são classificadas como globalmente ameaçadas. A identificação destas espécies foi baseada na Lista Vermelha da UICN, seleccionando espécies que ocorrem no hotspot e estão classificadas como Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável. Das 5,786 espécies registadas no Hotspot da Bacia Mediterrânica para as quais existe uma avaliação global na Lista Vermelha da UICN, 1,311 (23%) estão globalmente ameaçadas (Tabela 5.1). Sessenta por cento das espécies ameaçadas são animais, com os moluscos de água doce (320) e os peixes de água doce (224) a constituírem o maior número de espécies ameaçadas. Para além das espécies listadas na Tabela 5.1, sabe-se que 32 espécies do hotspot se tornaram globalmente Extintas (EX) ou Extintas na Natureza (EW): 11 peixes de água doce; 2 mamíferos; 1 réptil; 14 moluscos de água doce; e 4 plantas.

A análise destaca a importância e a vulnerabilidade das plantas mediterrânicas: apenas 7% das plantas mediterrânicas (menos nos países do sul e do leste do Mediterrâneo) foram avaliadas quanto ao seu estado de conservação, mas 28% destas estão ameaçadas.

Tabela 5.1 Espécies globalmente ameaçadas no Hotspot da Bacia Mediterrânea

Grupo	N.º de espécies ameaçadas				% estimada da avaliação da Lista Vermelha da UICN a nível global (Mediterrâneo)	% de espécies ameaçadas a nível global (Mediterrâneo)
	CR	EN	VU	Total		
Vertebrados - total	94	157	207	458		
Anfíbios	6	12	14	32	100	31
Aves	5	8	22	35	100	7
Peixes de água doce	60	83	81	224	96	37
Peixes marinhos *	7	15	46	68	100	7
Mamíferos	2	15	24	41	100	14
Répteis	14	24	20	58	89	22
Invertebrados - total	106	141	144	391	na	na
Plantas	158	148	156	462	7	28
TOTAL	358	446	507	1,311		

*Oceano Atlântico e Mar Mediterrâneo

5.3 Resultados para os sítios

As KBA são sítios que contribuem de forma significativa para a persistência global da biodiversidade. As KBA são identificadas para elementos da biodiversidade para os quais sítios específicos contribuem significativamente para a sua persistência global, tais como espécies ou ecossistemas globalmente ameaçados. A identificação das KBA baseia-se em múltiplos critérios e subcritérios, cada um com limiares associados.

A revisão da análise dos resultados do sítio foi limitada aos países abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema. Verificaram-se poucas alterações desde o Perfil do Ecossistema de 2017. No total, foram identificadas 572 KBA para os 17 países e territórios do Hotspot da Bacia Mediterrânea abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema.

Embora tenham sido identificadas KBA em todos os países, existem diferenças acentuadas entre regiões, com a Turquia a registar o maior número de KBA e a Líbia a registar a maior proporção da sua área terrestre (bastante restrita) no hotspot incluída em KBA (Tabela 5.2, Figura 5.1). Em geral, os dados sobre as KBA são muitas vezes heterogéneos, em resultado da identificação das KBA com base em processos que ocorreram em momentos diferentes e, na sua maioria, antes da adopção de uma metodologia padronizada.

Figura 5.1 As KBA no Hotspot da Bacia Mediterrânea



Tabela 5.2 Número e área das KBA nos países e territórios do Hotspot da Bacia Mediterrânea abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema

País/Território	N.º de KBA	Superfície terrestre total das KBA (km ²)	Superfície terrestre no Hotspot (km ²)	Percentagem terrestre do Hotspot nas KBA
Albânia	29	5,715	26,027	22%
Bósnia e Herzegovina	9	839	4,776	18%
Kosovo	1	132	227	58%
Montenegro	18	1,133	4,198	27%
Macedónia do Norte	14	2,169	5,567	39%
Sub-região dos Balcãs	71	9,988	49,794	24%
Iraque	2	61	1,226	5%
Jordânia	13	2,066	9,496	22%
Líbano	19	3,431	10,133	34%
Palestina	20	1,433	5,062	28%
Síria	42	10,270	50,495	20%
Sub-região do Médio Oriente	96	17,262	76,412	23%
Argélia	62	51,521	302,341	17%
Egipto	10	263	3,677	7%
Líbia	14	35,396	63,918	55%
Marrocos	69	35,350	325,299	11%
Tunísia	69	4,761	81,885	6%
Sub-região do Norte de África	224	127,291	777,120	16%
Cabo Verde	33	669	4,058	16%
Turquia	148	74,642	268,989	28%
TOTAL	572	229,853	1,167,373	20%

Notas: 1= Os dados consideram apenas a porção terrestre do hotspot e excluem as KBA marinhas e as porções de KBA terrestres que abrangem áreas marinhas.

5.4 Resultados para o corredor

Os corredores representam unidades espaciais superiores necessárias para manter os processos ecológicos e evolutivos à escala da paisagem. No Perfil do Ecossistema de 2010, 17 corredores foram identificados pela presença de espécies endémicas altamente ameaçadas, serviços chave do ecossistema, importância na manutenção da resiliência do ecossistema e a sua capacidade de salvaguardar a saúde e integridade biológica do hotspot. Dos 17 corredores identificados no perfil do ecossistema de 2010, cinco foram modificados e dois foram fundidos, em consulta com as partes interessadas em workshops nacionais e regionais. Assim, a actualização do perfil do ecossistema de 2016 inclui 16 corredores (Tabela 5.3, Figura 5.2).

Figura 5.2 Corredores no Hotspot da Bacia Mediterrânea



Tabela 5.3 Corredores e KBA no Hotspot da Bacia Mediterrânea

Corredor	Número de KBA	Superfície total do corredor (km²)	Superfície terrestre do corredor (km²)	Superfície terrestre das KBA (km²)	% do corredor em KBA
Montanhas do Atlas	21	106,629	106,629	18,046	17%
Cabo Verde	33	42,742	4,058	669	16%
Planícies Costeiras Atlânticas	10	13,297	12,863	2,267	18%
Península Cirenaica	10	30,109	27,211	22,372	82%
Atlas Dorsal e Teliano	51	82,650	82,083	13,325	16%
Adriático Oriental	14	23,402	19,110	1,134	6%
Bacia do Mar de Mármara	21	60,516	45,456	8,496	19%
Costa do Delta do Nilo	6	14,759	11,114	1,590	14%
Mesopotâmia do Norte	22	62,011	62,011	19,165	31%
Oranie e Molouya	13	17,168	15,312	6,045	39%
Vale do Orontes e Montanhas do Levante	61	38,424	38,424	13,097	34%
Montanhas do Rif	11	15,488	15,174	1,930	13%
Atlas Sahariano	5	61,902	61,902	21,935	35%
Sudoeste dos Balcãs	53	37,808	35,280	8,574	24%
Montes Tauro	98	167,616	153,698	52,503	34%
Zonas Húmidas da Tunísia e Líbia	18	35,033	24,426	1,720	7%
Total	447	809,554	714,751	192,867	24%

6. CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DO HOTSPOT

6.1 Contexto

A região mediterrânica tem uma história assente em mais de 5,000 anos e é o centro de civilizações antigas cujo património e paisagem cultural a tornaram única no mundo. A região é altamente fragmentada do ponto de vista político, demográfico e socioeconómico. Existe um fosso entre o norte e o sul, com os estados economicamente ricos da margem norte caracterizados por uma população envelhecida, sociedades industrializadas, uma concentração urbana em expansão e uma população rural em declínio. Nestes países, a adesão à UE, ou o estatuto de candidato, contribuiu para a paz, o desenvolvimento de uma economia social de mercado e a convergência económica e ambiental. Em contrapartida, os estados árabes do Médio Oriente e do Norte de África são significativamente mais pobres, com populações jovens e em rápido crescimento e uma maior proporção da população a viver em zonas rurais e a depender dos recursos naturais para a sua subsistência. No entanto, as populações urbanas estão a aumentar, especialmente nas zonas costeiras, à medida que um grande número de pessoas migra do Sul, mais pobre, para o Norte, mais rico. Estes fluxos intensificaram-se nos últimos anos devido às tensões políticas e à insegurança que se seguiram às revoltas da "Primavera Árabe". O processo de integração política e económica que se verificou entre os países da UE não tem equivalente no Médio Oriente e no Norte de África, que continuam a ser politicamente instáveis.

6.2 Tendências demográficas e sociais

A população total dos países mediterrânicos passou de 515 milhões em 2015 para mais de 560 milhões em 2023. Deste total, mais de metade vive nos países das costas sul e leste da região, prevendo-se que esta proporção aumente para três quartos até 2025. A densidade populacional nas regiões costeiras do Mediterrâneo é, em média, de 120 pessoas/km², em comparação com a média nacional de 58 pessoas/km². Nos países do hotspot abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema, a maior concentração de população encontra-se nas zonas costeiras dos países do Médio Oriente e em partes da costa norte-africana.

A região tem sido tradicionalmente uma área com fortes fluxos migratórios para os Estados-Membros da UE, principalmente dos países do Magrebe norte-africano e, em menor grau, dos países dos Balcãs Ocidentais e da Turquia. Nas últimas décadas, estes fluxos eram dominados por migrantes económicos, mas mais recentemente, e especialmente após as revoltas da "Primavera Árabe" e as guerras na Síria e na Líbia, estes fluxos têm sido mais complexos, envolvendo um grande número de refugiados.

A desigualdade entre homens e mulheres, medida pelo coeficiente de Gini, difere de Norte para Sul, com os Estados-Membros da UE e os Balcãs a classificarem-se nos 40 primeiros países, enquanto a maioria dos países da parte oriental e meridional do hotspot se classifica acima de 100. No entanto, a situação das mulheres na maioria destes países melhorou desde 2016 no que diz respeito às taxas de literacia e à igualdade de oportunidades de inscrição e conclusão do ensino.

7. CONTEXTO POLÍTICO DO HOTSPOT

A parte do hotspot que é o foco deste perfil do ecossistema compreende 16 estados e territórios. As instituições governamentais, os sistemas jurídicos e o papel do ambiente dentro destes foram influenciados pela história de cada país, que inclui períodos coloniais e a influência do comércio e interação entre a Europa, África e Médio Oriente. Numa situação geopolítica complexa, as fronteiras continuam por vezes a ser disputadas e a comunidade internacional está dividida quanto ao estatuto do Kosovo e da Palestina.

As constituições nacionais dos países do hotspot referem geralmente o direito das pessoas a usufruírem de um ambiente saudável e algumas fazem referência específica a questões ambientais fundamentais ou a responsabilidades do Estado. A legislação e a política ambiental são diversas entre os países do hotspot. Os países da UE dispõem de um corpo legislativo geralmente uniforme e abrangente, baseado nas directivas europeias relativas ao ambiente. Os países dos Balcãs estão a avançar para abordagens mais integradas em matéria de ambiente e conservação, como parte do seu processo de adesão à UE. As recentes alterações na legislação da Macedónia do Norte permitem uma aplicação mais eficaz da legislação ambiental.

Todos os países da região têm instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais e pela conservação da natureza, mas existe frequentemente uma divisão entre as agências responsáveis pela conservação da biodiversidade, as responsáveis pela silvicultura e pela agricultura e as responsáveis por outros aspectos ambientais, como a água, a gestão dos resíduos e o licenciamento de explorações.

A descentralização da autoridade para níveis administrativos inferiores ocorre a diferentes níveis em todo o hotspot, com exemplos de gestão altamente centralizada das áreas protegidas, mas também delegação nos governos locais e, em alguns países, com ONG mandatadas para gerir as áreas protegidas.

Tabela 7.1 Cobertura das áreas protegidas nos países do hotspot abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema

País	Superfície das áreas protegidas terrestres (km ²)	% do país em áreas protegidas terrestres
Albânia	6,141	21.4
Argélia	107,462	4.6
Bósnia e Herzegovina	4,855	9.5
Cabo Verde	721	17.4
Egipto	128,871	13.1
Jordânia	4,839	5.4
Kosovo	1,393	12.8
Líbano	195	1.9
Líbia	2,078	0.1
Montenegro	3,236	23.4
Marrocos	8,905	2.2
Macedónia do Norte	7,174	28.2
Palestina	615	9.9
República Árabe da Síria	1,290	0.7
Tunísia	12,254	7.9
Turquia*	21,654	2.8

* Os dados relativos à Turquia estão incompletos. Algumas reservas sobre a fiabilidade e a coerência dos dados.

A rede de áreas protegidas nos países elegíveis para o CEPF é geralmente insuficiente em termos de cobertura, e a execução do plano de gestão é frequentemente considerada fraca. As Áreas Marinhas Protegidas cobrem uma superfície total que representa 8.3% do Mar Mediterrâneo – mas apenas 3.7%, se não forem tidos em conta o Santuário de Pelagos e os corredores para cetáceos, que têm um baixo nível de protecção – longe dos objectivos internacionais.

No que respeita aos espaços terrestres, a proporção de cada país coberta por AP varia entre menos de 1% na Síria e na Líbia e mais de 20% em alguns países dos Balcãs (ver Tabela 7.1). O objetivo 30x30 exigiria esforços substanciais por parte de vários países mediterrânicos.

A maioria dos países (com excepção do Kosovo, que não é membro da ONU) é signatária das convenções internacionais relevantes, entre as quais a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras (CMS), a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), a Convenção de Ramsar sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar), a Convenção do Património Mundial (WHC) e a Convenção Internacional para a Protecção das Plantas (CIPP).

8. CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL DO HOTSPOT

A definição de sociedade civil do CEPF inclui muitos tipos de ONG e organizações de voluntariado, instituições filantrópicas, movimentos sociais, empresas privadas, meios de comunicação social, instituições académicas e de investigação, e cooperativas. Estes grupos podem ser internacionais, nacionais ou locais.

Na maioria dos países do hotspot há exemplos do trabalho de: (1) OSC internacionais com sede fora do hotspot, mas que nele trabalham (por exemplo, WWF, TNC, UICN); (2) OSC regionais com sede num país do hotspot, mas que também trabalham noutros países do hotspot (por exemplo, Medmaravis, Medasset e Tour du Valat); (3) OSC nacionais que trabalham no seu próprio país; e (4) OSC de base comunitária que trabalham em sítios específicos ou em regiões específicas. Existem múltiplas redes e relações de colaboração dentro e entre estes quatro grupos, com base em objectivos partilhados, financiamento ou intercâmbio de competências e conhecimento, bem como muitas iniciativas de cooperação transfronteiriça em matéria de conservação da natureza e desenvolvimento sustentável.

De um modo geral, aumentaram as oportunidades para a sociedade civil dar visibilidade às questões ambientais e contribuir para a sua resolução. Há um número crescente de ONG ambientais nos países abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema, embora a maioria continue a ser pequena e bastante frágil.

As associações locais para o desenvolvimento económico incluem frequentemente aspectos de sustentabilidade e conservação das florestas, das zonas húmidas ou dos solos. Estas associações actuam geralmente apenas ao nível da aldeia ou da comunidade e podem desempenhar um papel importante na promoção de acções locais de conservação.

O interesse académico pela conservação da biodiversidade está bem desenvolvido na maioria dos países do hotspot. No Norte de África e no Médio Oriente, especialmente onde o sector das ONG está pouco desenvolvido, as universidades podem empreender algumas acções de conservação ou desempenhar o papel de incubadoras de ONG – apelando ao reforço da parceria entre universidades e ONG para partilhar e desenvolver conhecimentos científicos, mobilizar recursos e envolver as pessoas em projectos comunitários.

Embora existam algumas OSC fortes e sustentáveis nos países abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema, o quadro geral é o de uma comunidade de OSC relativamente pequena, centrada em questões locais, com uma limitada rede de contactos e sem capacidade e recursos suficientes para realizar o trabalho de forma eficaz. A dependência do financiamento dos doadores é geralmente elevada.

O financiamento existente para a conservação da biodiversidade provém de um grupo relativamente pequeno de organizações de financiamento que apoiam a sociedade civil a desempenhar um papel na conservação das KBA prioritárias ou à escala da paisagem. As OSC dos países abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema continuam a apresentar carências em muitas áreas, incluindo recursos humanos, sistemas de gestão e planeamento estratégico, parcerias, recursos financeiros e cooperação transfronteiriça. Para muitas, a maior necessidade é assegurar um financiamento duradouro e melhores níveis de cooperação internacional, relacionados, nalguns casos, com a dificuldade em receber fundos e apoio do exterior.

No que diz respeito ao sector privado, apesar de alguns exemplos de acções positivas, o grande número de intervenientes e a falta de organização dos sectores (em especial o turismo, enquanto principal sector económico interessado nos recursos naturais) revelaram-se um obstáculo à promoção da gestão sustentável e à melhoria da governação. O sector privado necessita de uma mudança cultural, apoiada pela estabilidade das políticas, e é imperativo colmatar as lacunas de informação, sensibilizar

para a necessidade e os benefícios a longo prazo de se tornar ecológico e assegurar uma oferta adequada de formação de competências. As OSC podem desempenhar um papel importante no apoio a essa mudança.

9. AMEAÇAS À BIODIVERSIDADE NO HOTSPOT

Os países do Hotspot da Bacia Mediterrânica têm cerca de 560 milhões de habitantes (PNUD, 2023), 33% dos quais vivem na costa mediterrânica. Em conjunto com as visitas de 220 milhões de turistas por ano, a região sofre uma das maiores pressões de visitantes e residentes sobre os restantes habitats naturais registada em qualquer parte do planeta. Em parte, devido a este facto, a região tem a mais baixa percentagem de vegetação natural remanescente de todos os hotspots, menos de 5%.

As actividades associadas às transformações dos sistemas naturais, à poluição e à agricultura são as ameaças que afectam o maior número de espécies ameaçadas no hotspot. As espécies em risco de extinção em ambientes terrestres são principalmente ameaçadas pela agricultura (intensificação e abandono), desenvolvimento urbano, transformações dos sistemas naturais e espécies invasoras. Nos ambientes dulçaquícolas, as transformações dos sistemas naturais (como as barragens), a poluição, as alterações climáticas e as espécies invasoras são as principais ameaças. No caso das espécies ameaçadas em ambientes marinhos, as principais ameaças identificadas foram a sobre-exploração, as alterações climáticas e as espécies invasoras.

Pressão sobre os recursos hídricos. Extensas áreas de habitats dulçaquícolas foram perdidas, degradadas ou fragmentadas, com um impacto significativo na biodiversidade. Trinta e dois por cento dos peixes de água doce da Bacia Mediterrânica estão ameaçados pela construção de barragens. As políticas da água na região do Mediterrâneo são largamente dominadas por esforços para aumentar o abastecimento de água e construir grandes infra-estruturas hídricas, mas estão a reduzir as reservas de água subterrânea e os caudais dos rios e ribeiros.

Incêndios e combate a incêndios. A Bacia Mediterrânica é uma das regiões do mundo mais propensas a incêndios e detém um historial de incêndios florestais que devastaram grandes áreas. Prevê-se que os incêndios florestais se tornem mais frequentes e com maior impacto com as alterações climáticas. A fragmentação e a degradação reduziram a capacidade de resistência das populações das espécies aos incêndios florestais e dificultaram a recolonização das áreas aridas.

Poluição. As principais fontes de poluição na Bacia Mediterrânica são os esgotos e as águas residuais de origem urbana, os pesticidas e aditivos nutritivos provenientes da agricultura, os metais pesados e os óleos provenientes de instalações industriais, os produtos químicos tóxicos originários de explorações mineiras e os resíduos sólidos provenientes de diversas fontes. Os ecossistemas dulçaquícolas, sendo os pontos mais baixos de cada bacia hidrográfica, são os receptores de grande parte da poluição de origem terrestre, com impactos nas suas espécies através da poluição e da eutrofização das águas superficiais e subterrâneas.

Intensificação da agricultura e abandono das terras. A intensificação está geralmente associada a rendimentos elevados, mas também a alterações significativas do ambiente natural, que resultam na perda de biodiversidade. O abandono das terras provoca a perda de paisagens cultivadas e dos habitats correspondentes, como as estepes cerealíferas, os prados montanhosos, os montados ibéricos e os matagais mediterrânicos.

Infra-estruturas e desenvolvimento residencial. A urbanização, associada à migração da população e ao desenvolvimento do sector do turismo, expôs áreas costeiras anteriormente pouco habitadas a uma intensa pressão de alteração do uso do solo.

Infra-estruturas de transporte e corredores de serviços. Estes desenvolvimentos provocam a fragmentação dos habitats naturais, o que tem consequências negativas na selecção dos habitats, na abundância e na diversidade das espécies e limita ou perturba a migração e a dispersão dos indivíduos.

Utilização de recursos biológicos. Isto inclui a exploração madeireira, a sobrepesca, a caça de aves e de mamíferos e a colheita de plantas silvestres com valor comercial.

Espécies exóticas invasoras. Estas espécies representam uma ameaça particular para os sistemas marinhos e dulçaquícolas, mas também para as plantas terrestres.

Os factores subjacentes às ameaças incluem o crescimento e movimentos populacionais, o rápido crescimento económico, o aumento do consumo e o acesso desigual aos recursos, a má governação dos recursos naturais e a subvalorização dos serviços do ecossistema na tomada de decisões.

10. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O clima da Bacia Mediterrânica é caracterizado por invernos frios e húmidos e verões quentes e secos prolongados. Nas últimas décadas, registou-se um aumento do número de dias quentes no norte do Mediterrâneo e um aumento global da *secura*.

Simultaneamente, o sul do Mediterrâneo registou tendências de aquecimento anual e sazonal que ultrapassam significativamente a gama de alterações devidas à variabilidade natural, e algumas zonas sofreram uma forte diminuição da quantidade de precipitação no inverno e no início da primavera. Os modelos climáticos, em todos os cenários de emissões, mostram que as temperaturas na bacia do Mediterrâneo irão aumentar – até 3.5 a 7°C a mais do que os níveis de 1961-1990 até ao final do século no Mediterrâneo Oriental, Médio Oriente e Norte de África. É também provável que a região receba menos precipitação anual, resultando num aumento consistente da área seca. Estima-se que os impactos sejam cerca de 20% mais graves no Mediterrâneo do que na média global.

Nos ecossistemas marinhos, o Mar Mediterrâneo é caracterizado por um estrato homogéneo de água abaixo dos 300 metros, que permanece a uma temperatura e salinidade constantes durante todo o ano. No entanto, na última década, a temperatura e a salinidade deste estrato aumentaram significativamente de ano para ano. As temperaturas à superfície também têm vindo a mudar, com um aumento observado de mais de 1°C desde a década de 1980. Até ao final do século XXI, prevê-se que as temperaturas da superfície do mar aumentem em média 2.5°C em relação às actuais.

As alterações climáticas representam riscos directos e indirectos para as actividades humanas, como a produção agrícola, a saúde e as infra-estruturas. A conservação e a recuperação dos ecossistemas podem ser uma forma eficaz de reduzir as emissões e aumentar a dimensão dos sumidouros naturais de carbono, apoiando simultaneamente a adaptação baseada nos ecossistemas. Embora a maioria dos esforços se tenha centrado nas florestas naturais ou nas plantações florestais, outros ecossistemas, como as pradarias de ervas marinhas de *Posidonia*, as zonas húmidas, os prados e os agro-ecossistemas, são também importantes para a mitigação das alterações climáticas, desempenhando simultaneamente um papel na adaptação. Existe um potencial considerável para a aplicação de abordagens baseadas nos ecossistemas que permitam, em conjunto, a atenuação e a adaptação, apoiando simultaneamente a conservação e outros objectivos de desenvolvimento sustentável. Isto exigirá, contudo, uma abordagem muito mais integrada de elaboração e aplicação das políticas.

No Sul da Europa, incluindo a Bacia Mediterrânica, prevê-se uma grande redução da diversidade das comunidades de plantas, de aves e de mamíferos, que não será compensada pelos ganhos esperados nas regiões de elevada latitude ou altitude, resultando numa tendência para a homogeneização em todo o continente. Os ecossistemas de montanha e as zonas húmidas serão os mais ameaçados, mas poderão também ocorrer alterações significativas na composição das espécies nas florestas. Prevê-se que os matagais aumentem significativamente. Nos ecossistemas marinhos, o aquecimento contínuo e as alterações da salinidade provocarão a perda de espécies de águas frias e profundas e favorecerão espécies mais adaptáveis e disseminadas, muitas delas provenientes do Atlântico.

As acções que podem ser realizadas ou promovidas pela sociedade civil incluem:

- Reforçar a gestão das áreas protegidas existentes (e criar novas) como refúgios para as espécies sob pressão das alterações climáticas;
- Melhorar a conectividade entre as áreas protegidas e outros sítios-chave para dar às espécies a oportunidade de migrarem para climas mais adequados;
- Conservar e restaurar os ecossistemas para reduzir as emissões e aumentar os sumidouros de carbono;
- Demonstrar abordagens baseadas nos ecossistemas para a adaptação, como a gestão sustentável, a conservação e o restauro dos ecossistemas.

11. AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO ACTUAL EM CONSERVAÇÃO

No Hotspot da Bacia Mediterrânica, a conservação da biodiversidade continua a ser gravemente subfinanciada, em grande parte devido à limitada definição de prioridades por parte dos governos. Os países da região que não pertencem à UE atribuem geralmente recursos orçamentais insuficientes à protecção do ambiente.

Os sistemas de áreas protegidas (um pilar fundamental dos esforços de conservação) são estruturalmente subfinanciados (com a excepção parcial da Jordânia). Em muitos países, a biodiversidade é frequentemente negligenciada em favor do desenvolvimento económico, que, por sua vez, não tem plenamente em conta a importância da biodiversidade para os serviços dos ecossistemas e o potencial para modos de vida sustentáveis.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) relacionada com a biodiversidade na região parece estar a diminuir gradualmente, seguindo as prioridades políticas estabelecidas pela maioria dos países doadores bilaterais. O financiamento "ambiental" que existe é frequentemente destinado a questões climáticas, o que é vital, mas nem sempre ajuda directa ou indirectamente as emergências que a natureza enfrenta. Uma excepção é Marrocos, que lançou um plano ambicioso de reforma da administração das florestas e das áreas protegidas, com o apoio da comunidade internacional.

A Bacia Mediterrânica recebe pouca atenção por parte das fundações internacionais de conservação, que tendem a dar prioridade a outras regiões, nomeadamente às zonas tropicais. A complexidade e a instabilidade política da região mediterrânica tornam-na menos atraente para estas fundações.

O sector privado tem um envolvimento limitado na conservação no hotspot. Embora o turismo desempenhe um papel importante na economia mediterrânica e dependa fortemente da preservação das paisagens naturais, o sector está altamente fragmentado, o que dificulta a canalização de recursos para a conservação da biodiversidade. As iniciativas de Responsabilidade Social das Empresas (RSE), embora prometedoras, continuam a ser esporádicas e subdesenvolvidas. O financiamento do mercado de carbono também enfrenta limitações na Bacia do Mediterrâneo, devido às florestas secas e fragmentadas da região, com um baixo potencial de armazenamento de carbono. No entanto, as iniciativas de carbono azul, nos ecossistemas marinhos e costeiros, podem oferecer futuras oportunidades de financiamento.

As OSC poderiam, por conseguinte, desempenhar um papel fundamental na promoção da mobilização de financiamento para a conservação da biodiversidade. As OSC actuam como agentes críticos de defesa, influenciando os governos nacionais e locais a alocar financiamento e recursos específicos para iniciativas de conservação. Também se envolvem com empresas privadas para promover parcerias que podem melhorar os esforços de conservação a nível local. Além disso, as OSC estão frequentemente na vanguarda de mecanismos pioneiros de financiamento climático, que podem reforçar o financiamento da conservação através de abordagens inovadoras. Por conseguinte, a necessidade de apoio internacional às OSC locais continua a ser forte, a fim de avançar no sentido de garantir um financiamento suficiente para a conservação.

No entanto, a sustentabilidade financeira destas organizações tem-se revelado difícil de alcançar. As autoridades nacionais e sub-nacionais raramente apoiam directamente as OSC, e as oportunidades de acesso das OSC ao financiamento de doadores públicos internacionais são reduzidas, devido à complexidade dos procedimentos envolvidos e ao facto de a maior parte do financiamento ser dedicado aos governos.

Nos próximos anos, a mobilização de recursos exigirá uma colaboração reforçada entre todos os doadores e mecanismos na região de modo a maximizar o impacto, bem como

um esforço coordenado para convencer outras organizações a contribuir para esta iniciativa. Paralelamente, as OSC nacionais precisam de apoio para desenvolver as capacidades necessárias para preparar, através de parcerias, propostas de maior dimensão e aceder a fontes de financiamento mais diversificadas, que lhes permitam enfrentar os desafios da conservação na região.

12. NICHOS DE INVESTIMENTO DO CEPF

12.1 Países elegíveis

O apoio do CEPF está disponível para acções de conservação no Hotspot da Bacia Mediterrânica nos países signatários da CDB e também membros clientes do Banco Mundial, excluindo os Estados-Membros da UE *de facto* e os seus territórios e os países independentes da Europa Mediterrânica (Andorra, Mónaco, São Marino, etc.). A situação política e de segurança em alguns países impede actualmente a concessão efectiva de subvenções à sociedade civil, embora esta situação possa mudar durante os próximos seis anos. A Tabela 12.1 resume a elegibilidade dos países do hotspot para o apoio do CEPF a partir de dezembro de 2024.

O CEPF centrar-se-á principalmente nos países que beneficiaram de investimentos anteriormente e explorará as possibilidades para alargar o trabalho no Kosovo, Iraque, Síria e Turquia durante a fase de investimento. Qualquer extensão estará sujeita à aprovação prévia do Conselho de Doadores do CEPF.

Tabela 12.1 Elegibilidade dos países abrangidos pela actualização do perfil do ecossistema para apoio do CEPF

Sub-região	País	Elegibilidade
Balcãs	Albânia	Elegível
	Bósnia e Herzegovina	Elegível
	Kosovo	Não é actualmente elegível, não é signatário da CDB
	Macedónia do Norte	Elegível
	Montenegro	Elegível
Médio Oriente	Iraque	Teoricamente elegível (pequena área incluída no hotspot)
	Jordânia	Elegível
	Líbano	Elegível
	Palestina	Elegível
	Síria	Não é actualmente elegível devido à situação política
Norte de África	Argélia	Elegível
	Egipto	Elegível
	Líbia	Elegível
	Marrocos	Elegível
	Tunísia	Elegível
Macaronésia	Cabo Verde	Elegível
Turquia	Turquia	Elegível, mas sem concessão de subvenções durante as fases anteriores

12.2 Princípios orientadores da acção do CEPF

Com base nas lições aprendidas nas fases anteriores de investimento e tendo em conta a evolução do panorama dos doadores no hotspot, o nicho do CEPF é estruturado em torno de quatro princípios orientadores:

Apoiar o desenvolvimento das organizações locais e nacionais num contexto regional

O estatuto da sociedade civil no Hotspot da Bacia Mediterrânica evoluiu nos últimos anos. Na maioria dos países do hotspot, a sociedade civil é cada vez mais diversificada, influente e empenhada na conservação, tanto a nível local como político. Este é particularmente o caso no Norte de África, onde surgiu uma nova sociedade civil em alguns países, como a Tunísia, Marrocos e a Líbia. No entanto, a capacidade interna

reduzida, o financiamento inadequado e, nalguns casos, as políticas restritivas e as possibilidades limitadas de financiamento restringem a capacidade das OSC para tirarem pleno partido das oportunidades e darem resposta às necessidades de conservação mais urgentes.

Neste contexto, há uma clara justificação para o CEPF continuar a concentrar o apoio à sociedade civil local e nacional, com o objetivo de reforçar as capacidades organizacionais das organizações individuais e promover o surgimento de uma comunidade de conservação nos países elegíveis.

O CEPF apoiará acções que fortaleçam a capacidade da sociedade civil e conduzam ao surgimento de organizações fortes e eficazes, e de um grupo de líderes conservacionistas. A auto-identificação das necessidades de capacitação e desenvolvimento organizacional dos beneficiários será parte integrante do processo de concessão de subvenções do CEPF, com a RIT a desempenhar um papel importante no apoio às OSC na identificação das suas próprias necessidades e objetivos, e a apoiá-las na conquista das suas metas de desenvolvimento.

Envolvimento estratégico com o sector privado

As principais lições para o envolvimento com o sector privado são: começar à escala local, com empresas enraizadas na comunidade e na paisagem; procurar oportunidades para promover a imagem da indústria/empresa ao mesmo tempo que se obtêm benefícios de conservação; recolher dados que demonstrem às empresas os benefícios financeiros de agir; e ser mais criativo na procura de oportunidades de apoio em espécie por parte das empresas (locais de reunião, assistência com transportes, etc.). O CEPF continuará a explorar opções de ligações a empresas mais globais através dos seus próprios contactos e das redes dos seus parceiros doadores e beneficiários, mas espera-se que os beneficiários continuem a construir ligações locais ao nível dos projectos.

Apoiar-se em acções locais para alcançar impactos a nível político

Assumindo que a maioria dos projectos financiados pelo CEPF se concentre nos impactos em sítios específicos e nas paisagens circundantes, há necessidade de acções complementares para abordar as questões políticas, de financiamento e programáticas mais amplas que afectam o impacto do projecto, bem como o potencial de expansão e adopção mais ampla de abordagens bem-sucedidas. Como já foi referido, tem sido difícil para os beneficiários abordar estas questões a nível do projecto, embora se tenham registado alguns êxitos notáveis. A RIT, os parceiros e os beneficiários têm um papel importante a desempenhar na resolução destas questões mais abrangentes.

Promover o papel e o reconhecimento do valor das OSC de forma mais ampla.

O nível de abertura em relação às OSC, expresso através de regulamentos oficiais e atitudes não oficiais, varia muito entre os países do hotspot (ver Capítulo 8). A promoção do valor da sociedade civil na contribuição para o desenvolvimento sustentável pode tornar os governos mais receptivos às mensagens das OSC e o público mais susceptível de apoiar estas organizações. O CEPF tem um papel específico a desempenhar na demonstração da forma como as OSC têm apoiado agendas ambientais e sociais positivas nos países do hotspot, incluindo a forma como podem ajudar os governos a cumprir as obrigações decorrentes das convenções internacionais e a mobilizar a participação pública em programas ambientais. Nos casos em que ainda existe desconfiança em relação ao papel das ONG, enfatizar a sua capacidade de ajudar os governos a definir políticas e a informar a tomada de decisões será provavelmente a forma mais eficaz de criar confiança mútua.

12.3 Historial das orientações estratégicas

O CEPF continuará a apoiar acções que melhorem directamente o estado de conservação das KBA e de outros locais que suportem populações importantes de espécies globalmente ameaçadas. O enfoque em sítios prioritários é importante para garantir que

os projectos produzam resultados concretos para a conservação, com base em relações positivas com grupos de intervenientes específicos e acordos administrativos. Este enfoque no sítio não exclui o apoio a um trabalho à escala da bacia/corredor ou centrado nas políticas, mas sublinha que esse trabalho deve ter benefícios claros para a conservação do sítio e deve basear-se na experiência ao nível do sítio. Os ecossistemas e espécies prioritários para a terceira fase de investimento do CEPF no Hotspot da Bacia Mediterrânica são os seguintes:

Ecossistemas costeiros e marinhos

Estes incluem uma gama diversificada de ecossistemas marinhos, como praias, zonas húmidas, estuários, florestas costeiras e charnecas de garrigue e maquis. Estão entre os ecossistemas mais ameaçados do hotspot, devido à intensa pressão do desenvolvimento económico e do crescimento demográfico. É também reconhecida a existência lacunas no apoio à conservação marinha em geral e uma falta de conhecimentos e de capacidade para abordar as questões em muitos países.

De todos os aspectos do nicho de investimento do CEPF, a conservação marinha requer, obviamente, um elevado grau de colaboração regional, uma vez que existe um elevado grau de conectividade dos habitats, que oferece tanto ameaças como oportunidades. As inter-relações em termos de poluição, de pesca e da distribuição e movimentos das espécies significam que a colaboração é essencial.

Ecossistemas dulçaquícolas

Um grande número de espécies ameaçadas, endémicas de um único local ou de distribuição restrita, foi identificado nos rios, lagos e sistemas de cavernas do hotspot. Os sistemas dulçaquícolas tendem a estar sub-representados nas redes de áreas protegidas, mas estão altamente ameaçados numa região onde a água doce é o recurso ecológico mais crítico e que se prevê que seja mais gravemente afetada pelas alterações climáticas.

Paisagens agrícolas e culturais

A história humana única do hotspot significa que muitas das espécies ameaçadas que aí se encontram dependem de habitats antropogénicos mantidos por práticas de gestão cultural, como o pastoreio extensivo e a agricultura amiga da natureza. Este facto cria um alinhamento entre a conservação da biodiversidade e a manutenção dos sistemas tradicionais de gestão dos recursos, algo que as áreas protegidas convencionais não proporcionam necessariamente de forma eficaz. As práticas culturais persistem, sobretudo nas zonas montanhosas, onde as alterações ao uso do solo e a industrialização têm sido menos intensas. No entanto, existem pressões crescentes sobre esses sistemas em toda a região, que podem seguir trajetórias opostas. Enquanto algumas paisagens enfrentam pressões para uma intensificação crescente, perda de habitat e sobrepastoreio, outras poderão enfrentar o abandono e a perda das práticas de gestão que as mantinham. O CEPF continuará a concentrar esforços nos corredores onde investiu durante a fase II, assegurando a continuidade dos resultados alcançados.

Conservação de plantas e de comunidades vegetais

O Hotspot da Bacia Mediterrânica é definido pelo número de espécies de plantas endémicas existentes no hotspot. O hotspot é excepcional tanto pela sua diversidade de plantas, como pelo elevado grau de ameaça que estas enfrentam. O nível de ameaça enfrentado pelas plantas e a falta de atenção dada às suas necessidades específicas de conservação justificam uma atenção explícita a este grupo.

Os recursos continuam a ser limitados para a comunidade de conservação das plantas, e ainda há uma falta de capacidade e poucas OSC de conservação que se dedicam à conservação das plantas. O CEPF continuará a apoiar a investigação e a formação para aumentar os níveis de conhecimento e experiência, mas quer garantir que este conhecimento seja utilizado para estimular acções de conservação para um maior número de plantas e comunidades de plantas altamente ameaçadas, aumentando a robustez da comunidade botânica na região.

13. ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO E ENFOQUE PROGRAMÁTICO DO CEPF, 2025-2030

Ao mesmo tempo em que se apoiam acções de conservação nos três ecossistemas e plantas acima mencionados, será dada maior ênfase ao fortalecimento das capacidades e ao desenvolvimento organizacional, para que as organizações bem-sucedidas avancem no caminho da sustentabilidade. O CEPF deseja aumentar a eficácia da sociedade civil, incentivando o trabalho em rede e a colaboração a nível nacional e regional.

O CEPF também quer incentivar projectos que atinjam um nível mais eficaz de protecção de sítios e de espécies. Isto pode incluir áreas protegidas formais, especialmente no ambiente marinho, onde foi identificada uma lacuna na capacidade e nos recursos disponíveis para estabelecer novas Áreas Marinhas Protegidas. No entanto, existem também muitas oportunidades para fazer evoluir os sítios para outras formas de protecção, através de Áreas Comunitárias de Conservação (CCA) ou de Outras Medidas Eficazes de Conservação (OMEC), de modo a contribuir para os esforços dos países mediterrânicos no sentido de cumprirem o objetivo 3 do Quadro Global para a Biodiversidade (o "objetivo 30x30").

A Tabela 13.1 resume as orientações estratégicas e as prioridades de investimento que compõem a estratégia de investimento do CEPF. Estas são descritas com mais detalhe nas secções seguintes.

Tabela 13.1 Orientações estratégicas e prioridades de investimento do CEPF no Hotspot da Bacia Mediterrânica, 2025-2030

Orientações estratégicas	Prioridades de investimento
1. Apoiar parcerias locais para a conservação da biodiversidade costeira de importância global \$ 4,500,000	1.1. Apoiar a participação da sociedade civil na gestão das Áreas Marinhas Protegidas e aproveitar as oportunidades para criar novas áreas
	1.2. Promover a protecção, restauro e melhor gestão das zonas húmidas costeiras, com a participação das partes interessadas locais
2. Promover os valores dos ecossistemas dulçaquícolas e promover a sua protecção, restauro e melhor gestão \$ 3,200,000	2.1. Documentar e promover o reconhecimento dos valores da biodiversidade dulçaquícola e dos serviços do ecossistema das Áreas-Chave para a Biodiversidade
	2.2. Promover a protecção, restauro e melhor gestão de sítios importantes para a biodiversidade dulçaquícola, com a participação dos actores locais
3. Promover práticas tradicionais de uso do solo que mantenham a biodiversidade nos corredores prioritários \$ 3,750,000	3.1. Apoiar os gestores de recursos tradicionais para que adoptem práticas de gestão do solo que mantenham a biodiversidade nas paisagens de montanha
	3.2. Documentar e promover práticas tradicionais de uso do solo e Outras Medidas Eficazes de Conservação centradas nos sítios entre os governos locais e nacionais
4. Reforçar o envolvimento da sociedade civil no apoio à conservação das plantas e das comunidades vegetais ameaçadas \$ 2,200,000	4.1. Reforçar a capacidade da comunidade botânica para melhorar os conhecimentos, desenvolver competências e envolver-se na conservação aplicada das plantas ameaçadas
	4.2. Assegurar uma melhor integração da conservação das plantas na gestão das áreas protegidas

	4.3. Adoptar medidas inovadoras para a conservação das plantas ameaçadas, em colaboração com os proprietários e utilizadores da terra
	4.4. Melhorar os esforços de conservação dos parentes silvestres das culturas, das plantas medicinais e de outras plantas silvestres de valor económico e cultural
5. Facilitar o desenvolvimento de uma comunidade robusta e resiliente de Organizações da Sociedade Civil (OSC) de conservação \$ 1,000,000	5.1. Prestar apoio a OSC de conservação específicas envolvidas num processo de desenvolvimento organizacional
	5.2. Reforçar a robustez colectiva e a capacidade das OSC de conservação a nível nacional e regional
6. Disponibilizar liderança estratégica e coordenação eficaz do investimento em conservação através de uma equipa regional de implementação \$ 2,750,000	6.1. Apoiar um vasto leque de grupos da sociedade civil que trabalhem para além das fronteiras institucionais e políticas com vista a alcançar os objectivos de conservação comuns descritos no perfil do ecossistema
ORÇAMENTO TOTAL \$ 17,400,000	

Subjacentes a estas orientações estratégicas estão múltiplas prioridades transversais, que os candidatos serão convidados a considerar e a incorporar na concepção dos seus projectos, sempre que pertinente.

Sobre o reforço das capacidades e o desenvolvimento das organizações

- A. Reforçar a capacidade da sociedade civil para contribuir para a aplicação e a melhoria das políticas e da legislação nacionais e locais. Tal incluirá a formação aplicada em matéria de política e de advocacia, bem como o envolvimento com os governos.
- B. Reforçar a capacidade da sociedade civil a todos os níveis, desde indivíduos a organizações do sector como um todo. A capacitação de grupos comunitários locais e cooperativas também é importante; o CEPF espera que os projectos considerem este aspecto quando relevante, para garantir a sustentabilidade a longo prazo.
- C. Promover a igualdade de género e o empoderamento. O género é um fator crítico em muitas decisões de conservação e gestão de recursos naturais a nível local e nacional, bem como para a justiça social. O CEPF espera que os beneficiários procurem oportunidades para integrar as questões de género nas suas organizações e no seu trabalho, e que assegurem que as perspectivas das mulheres são consideradas no planeamento e implementação dos projectos.
- D. Incorporar acções de educação e sensibilização que contribuam para os objectivos do projecto e promovam as mudanças necessárias no comportamento dos consumidores e dos produtores.

Sobre os sítios e a conservação de espécies

- E. Manter um grande enfoque na conservação e gestão das KBA como uma ferramenta chave de conservação, resolvendo ou diminuindo as ameaças e levando-as a níveis mais eficazes de protecção – seja através de áreas protegidas ou outras formas de medidas de conservação. Nos casos em que projectos anteriores tenham sido bem-sucedidos, o CEPF estará aberto a apoiar novos trabalhos nos mesmos sítios, para consolidar e aumentar os resultados.
- F. Melhorar o estatuto das espécies e ecossistemas globalmente ameaçados no hotspot. Para além da Orientação Estratégica 4, com o seu foco explícito nas plantas, o CEPF espera que todos os projectos a nível local se concentrem nas necessidades das espécies globalmente ameaçadas, e que melhorem as suas populações e o seu estatuto, sempre que possível. As prioridades de acção serão

as espécies listadas como globalmente ameaçadas (ou seja, Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável) na Lista Vermelha da UICN, bem como as espécies que cumpram os critérios de globalmente ameaçadas, mas que ainda não foram formalmente avaliadas usando a metodologia da Lista Vermelha da UICN. O CEPF também incentiva o trabalho com espécies menos conhecidas, especialmente entre as plantas.

- G. Assegurar que todos os dados recolhidos através de pesquisa e prospecção no terreno são bem geridos e acessíveis a todos, e que os dados existentes e novos são utilizados para informar as acções de conservação. Todas as espécies visadas pelos projectos do CEPF devem ser submetidas a uma avaliação da Lista Vermelha (ou reavaliação, se a avaliação anterior tiver mais de 10 anos) e ser incluídas na Lista Vermelha da UICN. Os beneficiários são encorajados a submeter todos os artigos científicos preparados com o apoio das subvenções do CEPF a revistas de acesso livre.
- H. Abordar as ameaças às Áreas-Chave para a Biodiversidade (KBA) na origem. Embora as KBA continuem a ser a principal ferramenta do CEPF para a identificação de prioridades para a conservação dos sítios, serão considerados projectos que procurem abordar questões que emanam de fora dos limites das KBA, tais como as ameaças a uma zona húmida provenientes de montante.
- I. Restaurar ecossistemas degradados dentro e em torno das KBA. O CEPF considerará apoiar os esforços para restaurar áreas dentro ou fora dos limites das KBA existentes e potenciais que, uma vez restauradas, contribuirão para a sua função. Estas actividades podem ser muito dispendiosas, pelo que será dada preferência a projectos que ofereçam uma boa relação qualidade/preço, quer porque o problema pode ser resolvido facilmente, quer porque as boas práticas de restauro podem ser demonstradas e mostrar o potencial de expansão a outras agências ou doadores.

Sobre a mitigação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

- J. Garantir que todos os projectos tenham em conta as implicações das alterações climáticas e, sempre que possível, contribuam para a resiliência e a adaptação climáticas.
- K. Criar resiliência climática e adaptação aos efeitos das alterações climáticas. As chamadas "soluções baseadas na natureza" podem ser concebidas em projectos e podem também oferecer benefícios sociais e económicos. Estas soluções são analisadas mais detalhadamente no Capítulo 10.

Sobre o desenvolvimento e a gestão do portefólio

- L. Colaborar com organizações ou indivíduos com diferentes competências, incluindo aqueles cujo mandato é mais vasto do que apenas a conservação da natureza. Isto inclui a integração de projectos individuais em redes locais, nacionais ou regionais.
- M. Integrar projectos e promover a colaboração entre organizações, particularmente através do incentivo a agrupamentos de projectos (sob uma ou mais orientações estratégicas) que trabalhem no mesmo corredor ou KBA.
- N. Considerar a sustentabilidade a longo prazo desde o início da concepção do projecto. O CEPF encoraja os projectos que visam aproveitar os sucessos e as lições de projectos apoiados em fases anteriores de investimento pelo CEPF e outros doadores.
- O. Envolver o sector privado nos projectos quando apropriado. O CEPF está especialmente interessado em apoiar projectos que desenvolvam empresas locais ou cooperativas que apoiem a conservação dos sítios e as comunidades locais, bem como aqueles que ajudem a melhorar o acesso aos mercados e o valor desses produtos.
- P. Monitorizar o impacto dos projectos, definindo linhas de referência claras e explicando como o progresso será avaliado. Os projectos devem comprometer-se a comunicar e a divulgar as aprendizagens da concepção, da execução e da monitorização dos mesmos.

Orientação estratégica 1. Apoiar parcerias locais para a conservação da biodiversidade costeira de importância global

Enfoque principal, justificação e impacto

Esta orientação estratégica aborda alguns dos sítios e ecossistemas mais ameaçados do hotspot: aqueles situados nas zonas costeiras. Os ecossistemas costeiros estão a sofrer uma pressão crescente devido ao crescimento e à migração da população humana, ao crescimento do turismo, e consequente urbanização e pressão sobre os recursos terrestres e hídricos (Capítulo 9). As ameaças específicas nas zonas costeiras são: (1) sobre-exploração directa da biodiversidade (sobre-exploração de florestas costeiras, sobrepesca, caça intensiva de aves migradoras, colheita de plantas, etc.); (2) danos directos aos sítios através da conversão de habitats costeiros em terras agrícolas intensivas, terrenos para construção, turismo e infra-estruturas, bem como extracção de minerais e técnicas de pesca invasivas; e (3) acções que ocorrem fora dos sítios-chave mas que os impactam, como a captação de água, a descarga de resíduos sólidos e a poluição da água.

Com base nas lições aprendidas nas fases anteriores, a estratégia de investimento do CEPF para a terceira fase faz as seguintes mudanças de ênfase:

- Apoiar mais trabalho em áreas marinhas dentro das jurisdições nacionais, reconhecendo as importantes ameaças nessas áreas, a importância de aumentar o número de novas AMP e a necessidade de desenvolver mais capacidades entre as OSC para promover o seu envolvimento na conservação;
- Dar maior ênfase às zonas húmidas costeiras, habitats altamente diversificados cuja extensão original foi drasticamente reduzida e que enfrentam ameaças crescentes em toda a região mediterrânica.

As prioridades de investimento no âmbito desta orientação estratégica foram concebidas para apoiar os parceiros locais envolvidos noutras acções regionais de conservação, entre os quais o MedFund, a Aliança Mediterrânica para as Zonas Húmidas, a MedPAN e o RAC/SPA (Capítulo 8).

Enfoque geográfico

O processo de identificação das KBA no domínio marinho está ainda longe de estar concluído na Bacia Mediterrânica. Actualmente, as KBA "marinhas" são, na sua maioria, extensões de KBA avaliadas principalmente pela sua biodiversidade terrestre ou centradas em AMP existentes para as quais existem dados disponíveis. Como tal, no momento da actualização deste perfil, as KBA não podem ser utilizadas como uma ferramenta de priorização para a Prioridade de Investimento 1.1, que visa apoiar a identificação e o estabelecimento de novas AMP. Do mesmo modo, espera-se que a Prioridade de Investimento 1.2 relativa às zonas húmidas costeiras responda às ameaças emergentes e apoie a protecção e o restauro quando surgirem oportunidades; considerando a raridade e a importância global das zonas húmidas costeiras mediterrânicas, a definição de prioridades pré-determinadas revelar-se-ia contraproducente.

Esta orientação estratégica estará aberta a todas as zonas costeiras do hotspot que satisfaçam os critérios KBA, mesmo que o reconhecimento oficial como KBA ainda não tenha sido assegurado. Em alguns casos, se os dados ainda não estiverem disponíveis, as actividades iniciais centrar-se-ão na avaliação do valor da biodiversidade do sítio, como um pré-requisito para acções posteriores. Isto será particularmente importante para os sítios financiados no âmbito da Prioridade de Investimento 1.1, de modo a garantir que qualquer iniciativa de promoção de novas AMP apoiado pelo CEPF ocorra em áreas de importância global.

A lista das KBA costeiras nos países elegíveis é apresentada no Anexo 2.1, para informação.

Prioridade de Investimento 1.1 Apoiar a participação da sociedade civil na gestão das Áreas Marinhas Protegidas e aproveitar as oportunidades para criar novas áreas

Os ecossistemas costeiros e marinhos do hotspot, incluindo as áreas protegidas, são frequentemente utilizados para actividades como a pesca, a agricultura e a caça. Outros recursos, como a areia e o cascalho, também podem ser extraídos, e há actividades não exploratórias, como a recreação, que têm impacto nos habitats e nas espécies.

Esta prioridade de investimento focar-se-á na negociação de melhorias dos regimes de gestão através do reforço do planeamento, da sensibilização e da aplicação das regras acordadas. Ao mesmo tempo, os projectos devem ter como objetivo melhorar o estado de conservação dos sítios que ainda não foram designados como AMP. Tal poderá implicar a passagem à designação formal de AMP ou a adopção de mecanismos alternativos, como áreas comunitárias de conservação ou zonas de proibição de captura sazonais/permanentes. Sempre que possível, estes esforços deverão promover o uso sustentável e poderão introduzir novas práticas que elevem o valor dos sítios para os actores locais, incentivando uma melhor gestão.

Tais acções são complementares a outras iniciativas regionais, como o MedFund, que financia os custos recorrentes das AMP existentes, ou o MedPAN, que promove o trabalho em rede e a coordenação entre as AMP e os gestores das AMP.

Como referido acima, os sítios elegíveis para esta prioridade de investimento serão as KBA com uma parte marinha, em qualquer ponto do Hotspot do Mediterrâneo, bem como os sítios que satisfazem os critérios KBA, mas que ainda não foram oficialmente reconhecidos. Será dada especial atenção aos sítios que ainda não são apoiados por outros doadores ou iniciativas internacionais, com o objetivo de alargar a rede de sítios que beneficiam de acções de conservação local.

Prioridade de Investimento 1.2 Promover a protecção, o restauro e a melhoria da gestão das zonas húmidas costeiras, com a participação dos actores locais

Embora a maioria dos ecossistemas costeiros esteja ameaçada, as zonas húmidas costeiras têm uma das taxas mais elevadas de perda entre todos os habitats, estando sujeitas a uma elevada pressão contínua por toda a parte. Isto deve-se frequentemente ao desenvolvimento de infra-estruturas e à ocupação do solo associada ao turismo, à expansão da agricultura ou à urbanização, para fins recreativos ou aos desafios de gestão associados às alterações climáticas. Nalguns casos, a negligência ou o abandono podem agravar os impactos ou proporcionar oportunidades de restauro dos ecossistemas. O valor das zonas húmidas costeiras, quer para a natureza, mas também enquanto potencial natural para a regulação da água, o controlo das inundações ou a prevenção da erosão, continua a ser subestimado.

As acções no âmbito desta prioridade de investimento poderão ser realizadas em conjunto com as acções da Prioridade de Investimento 1.1, e poderão incluir esforços para criação ou expansão de áreas protegidas ou de colaboração com os intervenientes dos sectores público e privado na promoção da conservação como parte da salvaguarda de um ambiente natural saudável.

A prioridade de investimento foi concebida para apoiar o envolvimento dos parceiros locais noutras iniciativas regionais, como a MedWet e a Aliança Mediterrânica para as Zonas Húmidas, em especial através do alargamento da sua participação nas iniciativas Red Alert e Green Light. Os projectos apoiarão igualmente os esforços no âmbito da Convenção de Ramsar (Capítulo 7).

Orientação estratégica 2. Promover os valores dos ecossistemas dulçaquícolas e promover a sua protecção, restauro e gestão melhorada

Enfoque principal, justificação e impacto

Quase um terço das espécies criticamente ameaçadas avaliadas no hotspot são animais e plantas dulçaquícolas (Capítulo 5). Ocorrem numa multiplicidade de ecossistemas dulçaquícolas, incluindo rios, lagos, sistemas de grutas cársicas e cursos de água efémeros em zonas áridas. A necessidade de água doce para a agricultura e o consumo humano, especialmente no Norte de África e no Médio Oriente, é uma das razões mais convincentes para a gestão sustentável dos recursos naturais. No entanto, os ecossistemas dulçaquícolas do hotspot estão pouco representados nas redes nacionais de áreas protegidas, permanecendo sob pressão da utilização excessiva e da poluição, e as espécies que neles ocorrem sofrem de sobreexploração e de perturbação (ver Capítulos 4 e 9). Além disso, é provável que as alterações climáticas venham a agravar estes problemas (ver Capítulo 10).

Algumas das acções necessárias para resolver estes problemas são de escala nacional ou internacional e não podem ser abordadas eficazmente apenas pelas OSC. Os investimentos do CEPF nas duas primeiras fases mostraram, contudo, que as OSC podem ser eficazes quando trabalham em sítios específicos e com as autoridades competentes, como as agências de gestão das áreas protegidas ou as agências responsáveis pela gestão das bacias hidrográficas ou pela conservação dos recursos hídricos. Uma vez acordado o uso sustentável dos recursos hídricos, pode haver uma forte convergência entre as necessidades da biodiversidade ameaçada e o desenvolvimento humano (p. ex., para um abastecimento adequado de água potável).

Em resposta às aprendizagens das fases anteriores, a Prioridade de Investimento 2.1 continuará a abordar a necessidade de melhorar o conhecimento sobre os sítios importantes para a biodiversidade dulçaquícola nas KBA e na sua vizinhança, usando-a como uma oportunidade para reforçar a capacidade para a investigação e a conservação dos organismos de água doce – uma área em que foram reconhecidas evidentes lacunas de capacidade durante as consultas. Adicionalmente, a Prioridade de Investimento 2.2 centrar-se-á em acções baseadas nos sítios, trabalhando com os actores locais para mitigar as ameaças às KBA e às espécies que nelas habitam. Esta prioridade de investimento pretende promover a gestão dos ecossistemas dulçaquícolas, melhorando o seu estatuto de protecção sempre que possível, mas assegurando também que as áreas protegidas existentes dão maior prioridade aos ecossistemas dulçaquícolas que ocorrem dentro dos seus limites. Tal incluirá a procura e o aproveitamento de oportunidades para restaurar ecossistemas degradados nas KBA e a elas associados.

Enfoque geográfico

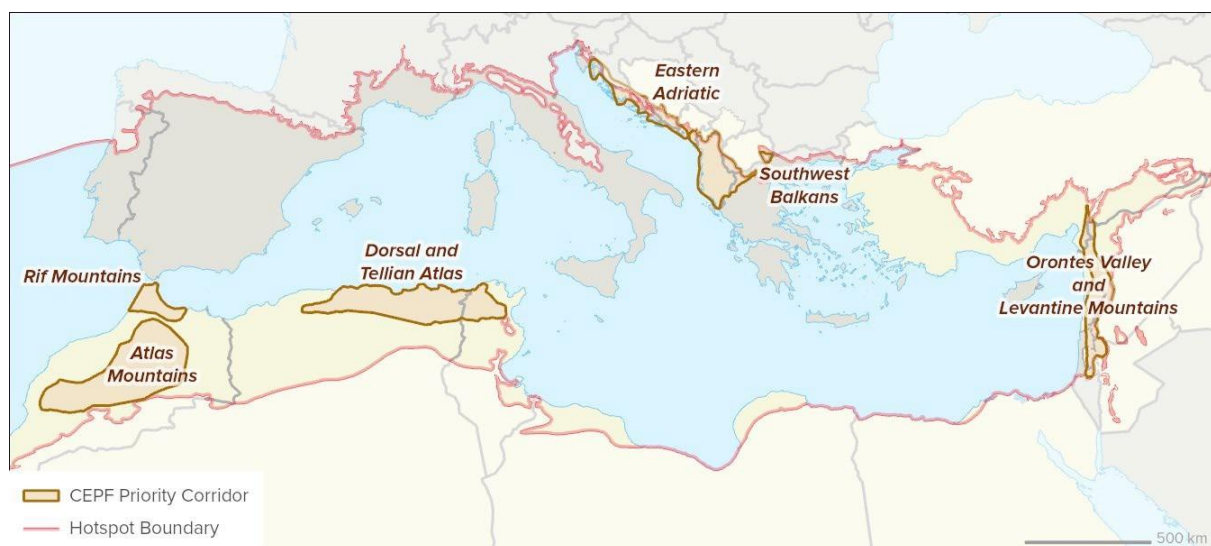
A avaliação da biodiversidade dulçaquícola na Bacia do Mediterrâneo liderada pela UICN em 2016 (ver Capítulo 3) levou à identificação de zonas de gestão de bacias hidrográficas prioritárias na região, revelando que algumas partes do hotspot têm uma responsabilidade específica na preservação da biodiversidade dulçaquícola ameaçada. Entre os países elegíveis, a maioria dessas zonas está localizada em seis corredores de conservação, que serão o foco da intervenção do CEPF (Tabela 13.2, Mapa 13.1). As KBA com representação significativa de ecossistemas dulçaquícolas que estão localizados dentro desses corredores serão consideradas sítios prioritários para o investimento do CEPF sob esta orientação estratégica. Conforme referido acima, os projectos poderão trabalhar à escala da bacia hidrográfica além dos limites da KBA, quer porque tal é necessário para manter a integridade e o valor da KBA, quer porque existe uma oportunidade para restaurar áreas para além dos limites existentes. As propostas de projectos deverão explicar a relevância de quaisquer acções na bacia hidrográfica para a integridade da KBA.

Tabela 13.2 Corredores priorizados para financiamento do CEPF no âmbito da Orientação Estratégica 2

Corredor	Países elegíveis	Superfície do corredor (km ²)	# KBA prioritárias
Vale do Orontes e Montanhas do Levante	Turquia*, Síria*, Líbano, Jordânia, Palestina	38,433	31
Montanhas do Atlas	Marrocos	106,691	21
Montanhas do Rif	Marrocos	15,488	9
Atlas Dorsal e Telliano	Tunísia, Argélia	82,633	45
Adriático Oriental	Bósnia e Herzegovina, Montenegro	23,402	14
Sudoeste dos Balcãs	Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Kosovo*	37,808	50

*Não está previsto qualquer investimento nestes países para esta Orientação Estratégica 2

Figura 13.1: Mapa dos Corredores Prioritários para as Orientações Estratégicas 2 e 3



No entanto, a análise dos dados também revela que a biodiversidade dulçaquícola ainda é insuficientemente conhecida em muitas partes do hotspot, possivelmente levando a enviesamentos em termos de definição de prioridades e limitando a capacidade de intervenção. Embora muitos projectos financiados pelo CEPF na fase anterior tenham contribuído para reduzir esta lacuna de conhecimento, as consultas realizadas durante a actualização do perfil do ecossistema demonstraram que esta necessidade ainda subsiste. Além disso, ameaças emergentes em locais importantes para a biodiversidade dulçaquícola podem exigir acções urgentes para documentar o valor de locais que não foram considerados ameaçados e priorizados anteriormente. Por este motivo, a Prioridade de Investimento 2.1, sobre investigação e avaliação, será alargada a outras KBA na região com o objetivo de reduzir esta lacuna.

Prioridade de Investimento 2.1 Documentar e promover o reconhecimento dos valores da biodiversidade dulçaquícola e dos serviços do ecossistema das Áreas-Chave para a Biodiversidade

As informações sobre a distribuição, a população e o estatuto de ameaça da biodiversidade dulçaquícola nas KBA continuam, em muitos casos, a ser insuficientes para permitir a identificação dos locais mais urgentes a conservar, ou para servir de referência para avaliar os progressos. Além disso, os valores biológicos, sociais e económicos dos serviços do ecossistema das bacias hidrográficas intactas são mal compreendidos e não são amplamente considerados pelos decisores. O CEPF apoiará os beneficiários na recolha desta informação, mas exigirá que este trabalho preparatório esteja claramente associado a acções de conservação subseqüentes.

A realização de investigação conjunta também pode ser uma base para trabalhar com outras OSC, intervenientes locais e agências governamentais, com vista a reforçar ou desenvolver relações de colaboração que possam constituir os alicerces da acção conjunta para a conservação dos biótopos dulçaquícolas das KBA. Nos sítios transfronteiriços, será muitas vezes vantajoso planear esta acção para além das fronteiras nacionais e trabalhar em estreita colaboração com os órgãos de decisão nacionais e internacionais.

Prioridade de Investimento 2.2 Promover a protecção, restauro e melhoria na gestão de sítios importantes para a biodiversidade dulçaquícola, com a participação dos actores locais

As OSC apoiadas pelas subvenções do CEPF são mais susceptíveis de tomar medidas directas de conservação em locais específicos, onde o trabalho com as agências de gestão ou os actores locais pode mudar comportamentos, reduzir o impacto de ameaças específicas ou explorar oportunidades para melhorar a gestão, a protecção ou o restauro. Estas ameaças podem ser o resultado de infra-estruturas previstas, que poderão causar a perda directa de habitat e/ou impactos indirectos através da alteração dos regimes hídricos e dos padrões de uso do território. As ameaças podem ser mais nefastas e cumulativas, por exemplo, através da poluição, da desflorestação na bacia hidrográfica ou dos impactos das alterações climáticas.

Muitos projectos podem seguir uma agenda proactiva para obter melhores resultados nos sítios prioritários, em vez de serem reactivos a ameaças externas. As KBA podem não estar directamente ameaçadas, mas poderão estar degradadas ou necessitar de medidas adicionais para atingir o seu potencial de conservação da biodiversidade e de fornecimento de serviços do ecossistema. Poderão surgir oportunidades para propor novas áreas protegidas formais ou informais, incluindo CCA ou OMEC, ou para reforçar as componentes dulçaquícolas dos planos de gestão das áreas protegidas existentes. Além do mais, poderão existir sítios prioritários com populações significativas de espécies ameaçadas, cuja recuperação poderá ser promovida através de medidas específicas. Embora o nível mais adequado para a acção directa das OSC seja em sítios claramente definidos, a conectividade dos sistemas dulçaquícolas torna altamente provável que também seja necessária alguma acção a nível das zonas de captação ou da bacia hidrográfica, de modo a fazer face a estas ameaças ou oportunidades, especialmente no que se refere às infra-estruturas a montante ou a questões relacionadas com a melhoria da qualidade da água (por exemplo, poluição por nutrientes, escorrências agrícolas e florestais, descarga de águas residuais, etc.), do volume e do caudal da água, e da perturbação do habitat (por exemplo, regularização e aprofundamento dos leitos dos rios, drenagem de zonas húmidas, extracção de cascalho, etc.). Isto implicará influenciar os actores do governo e/ou do sector privado que estão envolvidos ou têm autoridade para influenciar estas questões.

Orientação estratégica 3. Promover práticas tradicionais de uso do solo que mantenham a biodiversidade em corredores prioritários

Enfoque principal, justificação e impacto

A biodiversidade mediterrânica evoluiu com as práticas humanas de utilização dos solos ao longo de milhares de anos, de tal forma que muitas das espécies terrestres mais ameaçadas do hotspot dependem de habitats que são mantidos através de intervenções humanas contínuas para a agricultura, o pastoreio sazonal ou a colheita de produtos silvestres (ver Capítulo 4). As espécies e os habitats que dependem destes sistemas antropogénicos podem ficar ameaçados quando um sistema de gestão estabelecido é abandonado e a sucessão da vegetação tem lugar, quando as práticas tradicionais sustentáveis se alteram e causam degradação e erosão (por exemplo, sobrepastoreio), ou quando as práticas agrícolas intensivas e do uso do solo, incluindo a irrigação e o uso de agroquímicos, substituem as práticas tradicionais e eliminam a oportunidade da biodiversidade selvagem coexistir com os sistemas agrícolas (ver Capítulo 9). No âmbito desta orientação estratégica, o CEPF apoiará as OSC para trabalharem com os gestores rurais das comunidades locais e com as empresas locais para encontrarem formas inovadoras de manter certos elementos das práticas tradicionais de gestão do território que são importantes para a biodiversidade ameaçada. O CEPF concentrará o seu trabalho principalmente em ecossistemas onde a gestão da pastorícia (com pastoreio extensivo) tem sido um componente-chave da gestão do território. O CEPF apoiará o trabalho dentro e em torno das KBA que contêm esses sistemas, bem como o trabalho em corredores mais amplos, onde o apoio a essa gestão pode ser demonstrado para proteger a integridade de uma ou mais KBA.

O CEPF focar-se-á em paisagens onde o pastoreio é uma componente chave da gestão das paisagens e na manutenção da biodiversidade, mas também uma importante actividade económica e cultural para as comunidades (Prioridade de Investimento 3.1). Espera-se que o apoio a práticas mais sustentáveis de gestão do pastoreio não só conserve a biodiversidade ameaçada, mas também preserve o capital natural necessário para a subsistência local, através da redução da erosão ou da preservação da qualidade e disponibilidade de água. Uma melhor gestão do pastoreio contribui também para a protecção e sustentabilidade das florestas mediterrânicas, que estão ameaçadas pela fraca regeneração devido ao sobrepastoreio, enquanto um pastoreio bem gerido pode ajudar a reduzir a incidência de incêndios florestais: uma ameaça crescente relacionada com as alterações climáticas (Capítulos 9 e 10). As paisagens mais importantes ameaçadas por regimes de pastoreio inadequados na Bacia Mediterrânica encontram-se nas terras altas, justificando a selecção dos corredores prioritários na Tabela 13.3. A preservação das paisagens de montanha é essencial para permitir que as plantas e as espécies associadas se adaptem e migrem ao longo dos gradientes altitudinais, expandindo-se para habitats mais frios, à medida que os mais abaixo se tornam inabitáveis devido às alterações climáticas (Capítulo 10).

Baseando-se nas aprendizagens durante a fase II, o CEPF pretende promover activamente o papel dos utilizadores tradicionais do território, testando soluções e inovações, partilhando experiências e promovendo amplamente os ensinamentos e os sucessos junto do governo, das comunidades locais e das agências doadoras. Pretende-se que estes projectos tenham mais em comum, e que os profissionais possam formar uma comunidade de interesses na partilha das suas experiências e no incentivo à sua replicação e expansão, em particular no contexto das OMEC (Prioridade de Investimento 3.2).

Enfoque geográfico

As práticas tradicionais de gestão das paisagens culturais sobrevivem em toda a região, muitas vezes em locais afectados pela emigração, marginalização e pobreza rural. Em muitas áreas rurais, a evolução das práticas agrícolas levou a uma homogeneização de habitats e de espécies, que seria difícil de reverter a curto prazo. Para maximizar o valor dos projectos na demonstração de abordagens inovadoras para a gestão do território benéficas para a conservação da biodiversidade, o CEPF dará prioridade a projectos que

tenham potencial para fazer a diferença na biodiversidade globalmente ameaçada e, portanto, favorecerá projectos centrados em Áreas-Chave para a Biodiversidade e com impactos em espécies ameaçadas. Os projectos podem ir além dos limites estritos das KBA, seguindo uma abordagem à paisagem e levar em conta a conectividade ecológica.

Seis corredores foram seleccionados onde elementos de sistemas tradicionais de gestão ainda são o principal uso do solo e que têm uma elevada percentagem de território coberto por KBA, permitindo a manutenção da conectividade ecológica à escala da paisagem (Tabela 13.3, Figura 13.1). Nesses corredores, o CEPF dará prioridade às KBA acima de 500 metros de altitude.

Em cada um destes corredores, os candidatos podem propor sítios em que a conservação da biodiversidade no interior ou na proximidade de uma ou mais KBA depende da continuação das práticas de gestão tradicionais, em que estas práticas estão a mudar, mas nas quais parece viável uma intervenção para apoiar a manutenção das práticas tradicionais. Esta orientação estratégica destina-se principalmente às paisagens de pastagem de montanha, onde a prática tradicional tem sido a gestão da paisagem através de uma pastagem extensiva que salvaguarda os valores da biodiversidade, proporcionando simultaneamente rendimentos e emprego seguros e sustentáveis.

Tabela 13.3 Corredores prioritários para apoio do CEPF no âmbito da Orientação Estratégica 3 e número de KBA priorizadas

Corredor	Países elegíveis	Superfície do corredor (km ²)	# de KBA
Vale do Orontes e Montanhas do Levante	Turquia*, Síria*, Líbano, Jordânia, Palestina	38,433	27
Montanhas do Atlas	Marrocos	106,691	19
Montanhas do Rif	Marrocos	15,488	3
Atlas Dorsal e Telliano	Tunísia, Argélia	82,633	34
Adriático Oriental	Bósnia e Herzegovina, Montenegro	23,402	7
Sudoeste dos Balcãs	Albânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Kosovo*	37,808	35

*Não está actualmente previsto qualquer investimento nestes países para esta orientação estratégica

A viabilidade é indicada por factores, incluindo:

- Existe segurança no acesso à terra/recurso (ou pode ser assegurada, sem concorrência, através de um uso alternativo do solo que tenha um poderoso apoio económico e político), e os indivíduos ou grupos que a/o utilizam directamente são também quem toma as decisões sobre a sua gestão.
- Subsistem na comunidade conhecimentos e competências correntes para a gestão dos recursos.
- Há oportunidade para envolver um actor do sector privado (p. ex., um comprador ou transformador de produtos) que possa apoiar a comercialização de produtos, ou de formar associações ou empresas locais que possam facilitar esta tarefa.
- Existe uma oportunidade de agrupar uma série de subvenções, por exemplo, em torno de uma grande KBA ou de um conjunto de KBA, permitindo a colaboração e a partilha de experiências em contextos sociais e ambientais semelhantes.
- A presença de uma fonte de financiamento a longo prazo que possa apoiar as actividades a longo prazo (por exemplo, um plano financiado por um doador ou pelo governo, ou uma instituição como uma agência de gestão de áreas protegidas com orçamento); reconhecendo que os processos participativos da comunidade podem ser lentos e que uma única subvenção poderá apenas ser capaz de dar início ao processo.

Algumas das paisagens onde esta orientação estratégica é relevante situam-se em áreas protegidas onde ainda existem práticas agro-silvo-pastoris tradicionais (ou seja,

categorias V e VI da UICN). Poderá haver oportunidades para as OSC trabalharem com gestores de áreas protegidas e usuários de recursos locais para estabelecer sistemas de gestão colaborativa que promovam a gestão tradicional de recursos como forma de manter a biodiversidade e, ao mesmo tempo, contribuir para os meios de subsistência locais.

Prioridade de Investimento 3.1 Apoiar os gestores tradicionais de recursos para que sigam práticas de gestão do território que mantenham a biodiversidade nas paisagens de montanha

O cerne desta orientação estratégica é trabalhar com os gestores tradicionais de recursos para lhes permitir melhorar os seus meios de subsistência através da manutenção de práticas tradicionais ricas em biodiversidade. Na Bacia Mediterrânica, estas práticas implicam frequentemente acções que envolvem o pastoreio de gado, que tem mantido uma série de habitats abertos durante séculos. Para além de manterem áreas abertas, estas práticas têm também uma forte inter-relação com a regeneração e a boa gestão das florestas mediterrânicas, e são importantes na mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Esta prioridade de investimento dará prioridade a estas práticas, uma vez que focar-se-á nas lições a aprender, na promoção de políticas de apoio e no desenvolvimento de “comunidades de prática”. Estas práticas estão a mudar, muitas vezes por razões socioeconómicas, mas as dinâmicas são diferentes em diferentes áreas. Tanto a intensificação como o abandono do pastoreio podem ser prejudiciais. A intenção é assegurar que o encabeçamento e as práticas de gestão sejam compatíveis com a manutenção dos habitats importantes, dentro e em redor das KBA. Embora a gestão do pastoreio seja frequentemente indispensável nestas paisagens, também é acompanhada de outras práticas agrícolas que são benéficas para a diversidade de habitats e de espécies, devido às características de mosaico da zona. São também fundamentais para a diversificação dos rendimentos. Por conseguinte, os projectos podem incluir actividades que mantenham e melhorem estas práticas agrícolas. A chave será permitir que os utilizadores dos recursos aumentem os seus rendimentos, através de melhorias na transformação e comercialização dos produtos, nomeadamente através da certificação e rotulagem, bem como da exploração de oportunidades como o pagamento por serviços ambientais ou o acesso a apoios governamentais. Será promovida a utilização de técnicas e instrumentos inovadores, desde que estes apoiem a sustentabilidade das práticas tradicionais de uso dos solos.

O CEPF está particularmente interessado em apoiar projectos que possam ser amplificados e potencialmente replicados noutros locais, de modo que os ensinamentos retirados deste trabalho possam ser utilizados para expandir o alcance e o impacto do fundo.

Prioridade de Investimento 3.2 Documentar e promover práticas tradicionais de uso do solo e Outras Medidas Eficazes de Conservação centradas nos sítios, entre os governos locais e nacionais

Embora os utilizadores e gestores de recursos sejam os principais beneficiários dos projectos no âmbito da Prioridade de Investimento 3.1, é também importante promover a importância e a justificação das práticas tradicionais amigas da biodiversidade junto de um grupo mais amplo de intervenientes e promover iniciativas de longo prazo para apoiar, expandir e replicar projectos bem-sucedidos.

O CEPF só pode financiar projectos numa pequena parte destes grandes corredores e, no entanto, é necessária uma maior ambição para que estas áreas contribuam significativamente para os objectivos de biodiversidade, e para apoiar as populações rurais que aí vivem e trabalham. A Prioridade de Investimento 3.2 promoverá a aprendizagem e a compreensão destas relações entre conservação e desenvolvimento rural às escalas local, nacional e internacional. O objetivo a longo prazo é encorajar o estabelecimento de programas e redes de apoio para manter estas paisagens culturais. Local e imediatamente, o CEPF encorajará os projectos bem-sucedidos a formalizarem

os resultados alcançados, através do progresso rumo a uma designação apropriada para o território. Embora esta possa ser uma designação formal de uma área protegida (Categorias V ou VI da UICN), o mais comum é que seja alguma forma de OMEC, como as CCA ou os sistemas tradicionais locais que estão presentes em algumas partes do hotspot.

Os candidatos serão incitados a garantir que dispõem de um leque adequado de competências para executar estes projectos complexos. As opções podem incluir candidaturas conjuntas de organizações de conservação e de desenvolvimento rural ou a contratação de especialistas em matérias relevantes.

Orientação estratégica 4. Reforçar o envolvimento da sociedade civil para apoiar a conservação de plantas e de comunidades vegetais ameaçadas

Enfoque principal, justificação e impacto

O Hotspot da Bacia Mediterrânica é definido com base num número excepcionalmente elevado de plantas endémicas, associado a uma perda de mais de 70% da vegetação original. Embora as plantas beneficiem, juntamente com outras espécies, dos investimentos do CEPF no âmbito das Orientações Estratégicas 1, 2 e 3, o nível de ameaça e a falta de atenção às necessidades específicas de conservação das plantas justificam, até à data, uma orientação estratégica distinta centrada neste grupo. Para além de apoiar acções directas para a conservação das plantas, os projectos desta orientação estratégica também contribuirão para reforçar os conhecimentos botânicos e as competências dos investigadores, conservacionistas e gestores do território na região. O objetivo é aumentar a proporção de plantas que tenham sido formalmente avaliadas segundo os critérios da Lista Vermelha da UICN.

A área de distribuição limitada e os requisitos de habitat muito específicos de algumas plantas ameaçadas significam que a sua conservação pode ser eficazmente abordada por OSC locais que trabalham no terreno com recursos limitados, muitas vezes em parceria com gestores de áreas protegidas ou proprietários locais.

Ao longo da última década, um importante esforço da comunidade botânica (financiado, em parte, pelo CEPF), sob os auspícios do Grupo de Especialistas em Plantas Mediterrânicas da UICN, levou à identificação de um conjunto de Áreas Importantes para as Plantas (IPA), algumas delas mais tarde reconhecidas como KBA, e a uma melhor compreensão das ameaças que as plantas enfrentam. No entanto, o número de plantas da Bacia Mediterrânica é tão grande que apenas cerca de 15% delas foram avaliadas segundo os critérios da Lista Vermelha da UICN, o que torna muito provável que existam muitas espécies de plantas ameaçadas que ainda não foram reconhecidas a nível global ou regional.

Enfoque temático

Tendo em conta o exposto acima, esta orientação estratégica centra-se nos sítios que incluem espécies de plantas prioritárias, definidas como:

- Espécies de plantas nas categorias de ameaça de Criticamente em Perigo (CR), Em Perigo (EN) ou Vulnerável (VU) da Lista Vermelha Global da UICN
- Espécies de plantas que ainda não foram avaliadas na Lista Vermelha Global, mas que estão incluídas em listas vermelhas regionais ou que se qualificariam para o estatuto global de CR, EN ou VU de acordo com os critérios da Lista Vermelha da UICN.
- Endemismos de área restrita (SRE), que incluem:
 - Taxa que ocorrem apenas num único local (e em mais nenhum local do mundo)
 - ou
 - Área da ocorrência inferior a 100 km² ou

- Área de ocupação inferior a 10 km².

Será dada prioridade aos projectos que:

- Demonstrem que se focam numa ou em várias espécies prioritárias ou que respondem a uma necessidade prioritária para a conservação das plantas (por exemplo, estudos de plantas ou comunidades de plantas pouco estudadas (como as plantas não vasculares), ou avaliações de populações de espécies potencialmente ameaçadas).
- Demonstrem que conduzirão directamente a acções para a conservação de espécies de plantas prioritárias, tal como definido acima.
- Incluam, sempre que possível, uma componente significativa de reforço das capacidades ligadas à conservação das plantas, quer para os executores do projecto quer para os seus parceiros locais (por exemplo, utilizadores de recursos comunitários ou gestores de áreas protegidas).
- Complementem outros projectos (financiados ou não pelo CEPF) que trabalhem ao nível do sítio/paisagem, criando assim sinergias entre a comunidade de conservação das plantas e outros actores da conservação.
- Abordem a conservação dos sítios onde exista uma necessidade comprovável de financiamento e uma oportunidade de sucesso.

Prioridade de Investimento 4.1 Reforçar as capacidades da comunidade botânica para aumentar os conhecimentos e as competências e empenhar-se na conservação aplicada das plantas ameaçadas

Um dos desafios para continuar o processo de identificação de KBA importantes para as plantas, avaliar o seu estado de conservação e tomar medidas de conservação é o número limitado de pessoas na região com as competências botânicas necessárias. O CEPF apoiará projectos que tenham um forte elemento de desenvolvimento de competências práticas em botânica, incluindo levantamentos, conservação *in situ* ou *ex situ*, desde que permitam a protecção, reintrodução ou reforço de populações de espécies ameaçadas. Isto implicará a colaboração com instituições de ensino tradicionais (jardins botânicos, universidades, institutos de investigação, etc.), bem como a melhoria das competências de outros grupos com potencial para contribuir para a conservação das plantas, incluindo gestores de áreas protegidas, membros de associações de voluntários e gestores rurais. O CEPF está particularmente interessado em aumentar a capacidade em países onde foram identificadas grandes lacunas no que respeita à dimensão e capacidade da comunidade botânica, como Marrocos, Líbia, Argélia e Cabo Verde.

O CEPF também tem interesse em apoiar trabalho sobre grupos de plantas menos conhecidos, incluindo plantas não vasculares, que são actualmente menos estudadas e protegidas.

Prioridade de Investimento 4.2 Garantir uma melhor integração da conservação das plantas na gestão das áreas protegidas

As populações de plantas ameaçadas estão frequentemente localizadas em áreas protegidas, mas continuam ameaçadas porque a gestão (ou a falta dela) não responde às suas necessidades específicas de conservação. Este facto deve-se, em parte, à falta de conhecimentos, de competências e de experiência dos profissionais.

Prioridade de Investimento 4.3 Adotar medidas inovadoras para a conservação de plantas ameaçadas, trabalhando com proprietários e utilizadores do território

Muitas populações de plantas ameaçadas sobrevivem em paisagens geridas, fora das áreas protegidas, e estão potencialmente ameaçadas por alterações nas práticas de gestão do território. Esta prioridade de investimento procurará proteger estas populações e criar as condições necessárias para a sua recuperação onde se justificar. Isto poderá implicar a criação de uma área protegida formal ou informal ou a celebração de acordos com os proprietários ou utilizadores do território relativamente a acções de gestão específicas para melhorar o estatuto de conservação das plantas. Pode também implicar o trabalho com agências governamentais nacionais ou locais e instituições

públicas, proprietários privados e grupos comunitários.

Prioridade de Investimento 4.4 Melhorar os esforços de conservação dos parentes silvestres das culturas, das plantas medicinais e de outras plantas silvestres de valor económico e cultural

A Bacia Mediterrânica tem uma longa história cultural de utilização de uma vasta gama de espécies vegetais autóctones para fins culinários e medicinais e, em alguns casos, de criação de variedades domésticas das espécies silvestres. Estas incluem uma vasta gama de ervas aromáticas, legumes, frutos e árvores.

A Bacia Mediterrânica é também muito rica em parentes silvestres das culturas (CWR) da região. Globalmente, a flora europeia e mediterrânica revelou que cerca de 80% das espécies da região são CWR e outras espécies de importância socioeconómica (Kell *et al.* 2008). Embora muitas espécies ainda se encontrem disseminadas e continuem a fazer parte das dietas tradicionais mediterrânicas, outras tornaram-se muito escassas e estão ameaçadas pela colheita excessiva, bem como pela perda de habitat e outras ameaças que as plantas enfrentam.

A conservação dos CWR é importante, particularmente como reservatório de genes que podem contribuir para melhorar a resistência das plantas cultivadas às alterações climáticas e a outros impactos induzidos pelo Homem. Várias grandes organizações, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), institutos agronómicos e centros de investigação, bem como a TRAFFIC, trabalham há muito tempo neste tema, nomeadamente na avaliação, na investigação genética e na promoção.

No entanto, o tema raramente é acolhido pelas OSC locais, e os projectos de conservação com as comunidades locais continuam a ser poucos. A conservação dos CWR pode, assim, constituir também uma história interessante, susceptível de sensibilizar para questões mais vastas relacionadas com a alteração do uso do solo e a conservação.

Esta prioridade de investimento procurará realizar acções de conservação concretas a nível local e aumentar a sensibilização para a história cultural e as necessidades de conservação dos CWR, enquadradas no contexto de questões ambientais mais abrangentes. O CEPF apenas apoiará acções de conservação para espécies prioritárias de plantas que cumpram os critérios referidos acima.

Orientação estratégica 5. Facilitar o desenvolvimento de uma comunidade robusta e resiliente de Organizações da Sociedade Civil (OSC) de conservação

Enfoque principal, justificação e impacto

A sociedade civil ligada ao ambiente está cada vez mais activa na Bacia do Mediterrâneo, e o CEPF acredita nas OSC como actores fortes e credíveis para alcançar impactos duradouros na conservação da biodiversidade. No entanto, a maioria das OSC enfrenta desafios organizacionais que muitas vezes têm dificuldade em resolver.

Nestes inclui-se a necessidade de se concentrarem na resiliência e sustentabilidade organizacionais, conseguidas, entre outras coisas, através de uma estratégia bem definida e de uma missão clara, de políticas e procedimentos operacionais sólidos e de uma boa governação. O desenvolvimento de uma base sólida para garantir o financiamento de base, a manutenção de uma equipa estável e empenhada, a garantia de uma estrutura organizacional transparente e eficaz, e o reforço das competências de liderança são também prioridades. Adicionalmente, existe uma oportunidade de capitalizar as aprendizagens e otimizar a partilha de valores entre as equipas para promover uma cultura unificada. Nesse sentido, o foco no desenvolvimento organizacional destas OSC é um elemento-chave para uma sociedade civil mais forte, garantindo que as OSC sejam capazes de apoiar acções de conservação de uma forma

eficiente e sustentável.

A eficiência e a resiliência da sociedade civil também ultrapassam os pontos fortes das organizações individualmente. A ciência ecológica demonstra que os ecossistemas são mais resistentes, adaptáveis e produtivos quando são diversificados, com uma gama completa de funções e relações ecológicas em acção. É possível estabelecer um paralelo com as comunidades de conservação, e o CEPF acredita que a acção colectiva e o reforço das redes e parcerias são fundamentais para tornar a sociedade civil mais forte e mais capaz de enfrentar os desafios da conservação.

Estes esforços de parceria também precisam, por vezes, de ir além da sociedade civil. Na região, é particularmente importante que as organizações de conservação demonstrem às autoridades que o seu papel é importante para atingir os seus objectivos e cumprir os seus compromissos internacionais (Capítulo 8). Isto exige uma acção conjunta.

Esta orientação estratégica apoiará acções específicas ao longo das duas vias de desenvolvimento organizacional para as OSC: individualmente, e de acção conjunta e parcerias. Ambas as abordagens têm muito em comum e servem-se mutuamente. Trabalhar em conjunto e aprender através da experiência dos pares contribui para o desenvolvimento individual das organizações; e organizações mais fortes podem contribuir mais para os esforços conjuntos.

Prioridade de Investimento 5.1 Prestar apoio a OSC de conservação específicas envolvidas num processo de desenvolvimento organizacional

Como cada OSC tem a sua própria trajetória, especificamente ligada à sua história, ao contexto sociopolítico em que evoluiu e aos seus membros, é necessário que o apoio às OSC seja específico às necessidades e motivações destes últimos. Assim, a noção de mudança organizacional requer um compromisso por parte da OSC, que será um pré-requisito essencial para qualquer apoio do CEPF. Algumas organizações podem já ter ideias claras sobre como melhorar suas capacidades organizacionais, enquanto outras podem ainda estar nesse processo, e necessitar de apoio para identificar desafios e áreas de melhoria. A mudança não deve ser imposta pelo CEPF, e o momento do apoio deve ser bem pensado pela organização. O acordo contratual preferido com o CEPF será, portanto, uma subvenção por convite, geralmente a uma organização actual ou ex-beneficiária do CEPF. Esse compromisso será traduzido num diagnóstico organizacional inicial e num plano de acção, caso isso ainda não tenha sido feito pela OSC.

Esta fase preliminar permitirá especificar as necessidades da organização e ter um ponto de referência no início do apoio. O CEPF, a RIT ou um perito/entidade externa poderão desempenhar o papel de facilitadores. O plano de acção servirá como guia, mas poderão ser introduzidas actividades adicionais à medida que o trabalho for progredindo.

Para a implementação do plano de acção, seria preferível que o apoio especializado fosse prestado a médio prazo e não por períodos muito curtos, de modo a ganhar maior confiança e compreensão das realidades da OSC e acompanhar a aplicação das aprendizagens ou de novas medidas. Este apoio poderá ser prestado, quer em paralelo com um projecto no terreno ligado a outra orientação estratégica, quer de forma independente. As OSC podem, mediante acordo com o CEPF, recorrer a peritos organizacionais para as auxiliar nesta tarefa.

Esta prioridade de investimento permitirá que as OSC recebam apoio individual para necessidades específicas de mudança organizacional previamente identificadas. Os pilares visados serão (i) estratégico, (ii) organizacional, (iii) técnico e (iv) cultural (ou seja, o que constitui a identidade da OSC, o que motiva a equipa).

Prioridade de Investimento 5.2 Reforçar a força colectiva e a capacidade das OSC de conservação a nível nacional e regional

Esta prioridade de investimento centrar-se-á no reforço dos esforços colectivos entre as OSC para promover tanto a aprendizagem mútua, como as dinâmicas em rede com vista à conservação da biodiversidade. Poderá constituir uma oportunidade para as OSC

criarem uma agenda comum de conservação no Mediterrâneo ou avancarem em grupo para objectivos comuns. Isto poderia, por exemplo, permitir o trabalho conjunto para fazer avançar os objectivos da CDB e das NBSAP⁵, ou o reforço dos programas nacionais de KBA. Existem também redes de OSC na Bacia do Mediterrâneo que visam promover o intercâmbio de conhecimentos entre os seus membros, ou que se focam em questões ou grupos de espécies ameaçadas, e que o CEPF poderá apoiar, de forma a potenciar ou reforçar as acções empreendidas através das outras orientações estratégicas.

Orientação estratégica 6. Disponibilizar liderança estratégica e coordenação eficaz do investimento em conservação através de uma equipa regional de implementação

Enfoque principal, justificação e impacto

Em cada hotspot aprovado para investimento, o CEPF trabalha com uma equipa regional de implementação ou RIT, para converter os planos no perfil do ecossistema num portefólio coeso de subvenções, que exceda em impacto a soma das suas partes. A RIT será composta por uma ou mais OSC activas na conservação do hotspot. A RIT será seleccionada pelo Conselho de Doadores do CEPF com base em termos de referência aprovados. A equipa funcionará de forma transparente e franca, condizente com a missão do CEPF e todas as disposições do Manual Operacional do CEPF. As organizações que são membros da RIT não serão elegíveis para se candidatarem a outras subvenções do CEPF dentro do mesmo hotspot. As candidaturas a subvenções de afiliados formais dessas organizações que tenham um conselho de administração independente serão aceites, sujeitas a uma análise externa adicional.

O papel da RIT continuará a ser fulcral para o funcionamento do programa de subvenções e procurará recolher e integrar as experiências do trabalho realizado a nível local, de modo a promover a replicação e a expansão, e obter impactos sobre as políticas (ver capítulo 12) e a sustentabilidade (ver capítulo 15).

Prioridade de Investimento 6.1 Apoiar um vasto leque de grupos da sociedade civil que actuam além das fronteiras institucionais e políticas para alcançar os objectivos de conservação comuns descritos no perfil do ecossistema

A RIT fornecerá liderança estratégica e conhecimento local para a criação de um vasto leque de grupos da sociedade civil, que trabalham para além das fronteiras institucionais e políticas, com vista a alcançar os objectivos de conservação descritos no perfil do ecossistema. Implementará uma série de actividades, conforme estabelecido nos termos de referência, incluindo:

- Agir como um serviço de extensão para ajudar os grupos da sociedade civil a conceber, implementar e reproduzir acções de conservação bem-sucedidas.
- Analisar todas as candidaturas e gerir as avaliações externas com os especialistas e os comités consultivos.
- Conceder pequenas subvenções até um montante limite acordado, e decidir conjuntamente com o Secretariado do CEPF sobre todas as outras candidaturas.
- Liderar a monitorização e a avaliação de projectos individuais, usando ferramentas padrão, visitas aos locais e reuniões com os beneficiários, e auxiliar o Secretariado do CEPF no acompanhamento e avaliação do portefólio.
- Reforçar a capacidade institucional dos beneficiários para assegurar uma execução eficiente e eficaz dos projectos.
- Comunicar amplamente os objectivos do CEPF, as oportunidades de candidatura a subvenções, as lições aprendidas e os resultados.

A RIT apoiará directamente o desenvolvimento estratégico do portefólio de subvenções e contribuirá, por direito próprio, para a obtenção de resultados significativos em matéria de conservação que produzam benefícios para todo o portefólio. Tais actividades poderão incluir a facilitação de intercâmbios de aprendizagem entre os

⁵ Estratégia e Plano de Acção Nacionais para a Biodiversidade

beneficiários e outros actores, a identificação de oportunidades de alavancagem ao nível das subvenções ou do portefólio, ou a colaboração com outros doadores para coordenar o apoio às OSC e aos seus projectos de conservação.

Em linha com o nicho de investimento global do CEPF, a capacitação e o desenvolvimento organizacional estarão no centro do papel da RIT, conforme a Orientação Estratégica 5. A RIT será responsável por assegurar que os parceiros dispõem da capacidade institucional e individual necessária para elaborar e implementar projectos de conservação que contribuam para a estratégia geral de investimento. A RIT também terá um papel na comunicação sobre o foco do CEPF no desenvolvimento organizacional, anunciando oportunidades, e apoiando o CEPF na identificação de organizações para receber subvenções destinadas ao desenvolvimento organizacional. A experiência demonstrou que as acções de reforço das capacidades são essenciais para garantir bons projectos integrados numa estratégia mais vasta do hotspot e numa visão comum da conservação. A ênfase adicional no desenvolvimento organizacional visa aumentar a resiliência e a sustentabilidade do investimento do CEPF a todos os níveis.

14. QUADRO DE RESULTADOS

O quadro de resultados utiliza principalmente os Indicadores Globais do CEPF (GI) para definir objectivos para o investimento no hotspot. Os Indicadores de Portefólio (IP) adicionais são introduzidos para definir objectivos e monitorizar impactos específicos que não são abrangidos pelos indicadores globais.

O objetivo do portefólio é apoiar 140 projectos (50 grandes subvenções e 90 pequenas subvenções) ao longo de um período de investimento de 6 anos, para pelo menos 110 organizações da sociedade civil, 90% das quais locais.

PILAR 1: BIODIVERSIDADE

A nossa meta: Melhorar o estado da biodiversidade globalmente significativa nos ecossistemas críticos dentro dos hotspots.

		SD1	SD2	SD3	SD4	Objetiv o geral	Meios de verificação
GI-B1	Número de espécies globalmente ameaçadas que beneficiam das acções de conservação					60 espécies	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
GI-B2	Número de hectares de Áreas-Chave para a Biodiversidade com gestão melhorada	50,000 ha	100,000 ha	450,000 ha		600,000 ha	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
GI-B3	Número de hectares de áreas protegidas criadas e/ou ampliadas	22,000 ha	2,000 ha	3,000 ha	3,000 ha	30,000 ha	<i>Relatórios dos beneficiários, documentos oficiais</i>
GI-B4	Número de hectares de paisagens produtivas com gestão reforçada de biodiversidade	70,000 ha		900,000 ha		970,000 ha	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
GI-B5	Número de áreas protegidas com melhorias na gestão	12	8	5		25	<i>METTs (ou ferramenta semelhante)</i>

GI-B6	Número de hectares de áreas florestais terrestres, não florestais terrestres, dulçaquícolas e marinhas costeiras restauradas	200 ha	500 ha	15,000 ha		15,700 ha	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
PI-B1	Número de ameaças emergentes aos sítios evitadas através da participação das OSC	5	5		2	12	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
PI-B2	Número de hectares em processo de protecção (com processos apresentados às autoridades)	30,000 ha				30,000 ha	<i>Relatórios dos beneficiários, relatórios preparatórios apresentados às autoridades</i>
PI-B3	Número de sítios com melhor conhecimento da biodiversidade	15	10	10	15	50	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
PI-B4	Número de hectares reconhecidos no âmbito das OMEC					20,000 ha	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
PI-B5	Número de áreas protegidas com melhor implementação da conservação das plantas na gestão					15	<i>Relatórios dos beneficiários</i>

PILAR 2: SOCIEDADE CIVIL

A nossa meta: Reforçar a capacidade da sociedade civil para ser eficaz como guardiã do ambiente e defensora da conservação da biodiversidade globalmente significativa.

GI-CS1	Número de beneficiários do CEPF com capacidade institucional melhorada	80 (80% dos beneficiários locais do CEPF)	<i>CSTT (ou outro instrumento de monitorização semelhante)</i>
GI-CS2	Número de beneficiários do CEPF com compreensão melhorada e compromisso com as questões de género	90 (90% dos beneficiários locais do CEPF)	<i>GTT</i>
GI-CS3	Número de redes e parcerias que foram criadas e/ou reforçadas	15 redes (entre as quais pelo menos 5 transfronteiriças/regionais)	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
PI-CS1	Número de organizações envolvidas num processo de desenvolvimento organizacional	40	<i>Relatório do CEPF</i>
PI-CS2	Número de beneficiários do CEPF que fizeram progressos significativos em relação às suas próprias metas de desenvolvimento organizacional no final da fase de investimento	20	<i>Inquéritos intercalares específicos e no final da fase de investimento</i>
PI-CS3	Número de países com capacidades colectivas reforçadas das OSC	10	<i>Avaliação colectiva da sociedade civil</i>

PILAR 3: BEM-ESTAR HUMANO

A nossa meta: Melhorar o bem-estar das pessoas que vivem e dependem de ecossistemas críticos nos hotspots.

		SD1	SD2	SD3	SD4	Objetivo geral	<i>Meios de verificação</i>
GI-HW1	Número de pessoas (homens/mulheres) que recebem formação estruturada					2,500 (pelo menos 50% de mulheres)	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
GI-HW2	Número de pessoas (homens/mulheres) que recebem benefícios não pecuniários para além da formação estruturada	40,000	10,000	100,000		150,000 (pelo menos 50% de mulheres)	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
GI-HW3	Número de pessoas (homens/mulheres) que recebem prestações pecuniárias (por exemplo, aumento do rendimento do trabalho, aumento do rendimento proveniente de actividades de subsistência, etc.)	500		1500		2,000 (pelo menos 50% de mulheres)	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
GI-HW4	Número de projectos que promovem soluções baseadas na natureza para combater as alterações climáticas					50	<i>Análise do portefólio pelo Secretaria do do CEPF</i>
PI-HW1	Número de comunidades que adoptam/mantêm a gestão tradicional do território em benefício da biodiversidade			30		30	<i>Relatórios dos beneficiários</i>

PI-HW2	Número de jovens investigadores (homens/mulheres) com formação em conservação da biodiversidade (MSc/PhD)	5	10	5	30	50 (pelo menos 50% de mulheres)	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
--------	---	---	----	---	----	--	-------------------------------------

PILAR 4: CONDIÇÕES PROPÍCIAS À CONSERVAÇÃO

A nossa meta: estabelecer as condições necessárias para a conservação da biodiversidade globalmente significativa.

		SD1	SD2	SD3	SD4	Objetivo geral	<i>Meios de verificação</i>
GI-EC1	Número de leis, regulamentos e políticas com disposições de conservação que foram promulgadas ou alteradas		2	2		4	<i>Relatórios dos beneficiários, documentos oficiais</i>
GI-EC2	Número de empresas que adoptam práticas amigas da biodiversidade	2	3	3	2	10	<i>Relatórios dos beneficiários</i>
PI-EC1	Número de municípios empenhados na preservação da biodiversidade, demonstrado por decretos municipais, criação de reservas municipais, etc.	5	2	10	10	27	<i>Relatórios dos beneficiários, documentos oficiais</i>

15. SUSTENTABILIDADE

Este perfil incorpora a sustentabilidade como um princípio nas suas orientações estratégicas, de modo de assegurar a sobrevivência a longo prazo de ecossistemas viáveis dos quais depende a vida na Bacia Mediterrânica. A nova estratégia de investimento terá de colocar mais ênfase no reforço da sociedade civil, estimular abordagens multi-actores e criar sinergias entre a estratégia do CEPF e outras fontes de financiamento na região. Pretendemos reforçar a capacidade das instituições, apoiar projectos que permitam alcançar soluções de conservação a longo prazo e incentivar a replicação do trabalho numa área mais vasta, com base nas aprendizagens com os nossos investimentos.

Na próxima fase, o CEPF pretende adoptar uma abordagem mais sistemática ao desenvolvimento organizacional para ajudar a melhorar a eficácia a longo prazo da sociedade civil. O CEPF irá colaborar com beneficiários seleccionados que desejem ser envolvidos na compreensão dos seus principais objectivos organizacionais e ajudá-los a atingi-los. O reforço da sociedade civil continuará a ser uma prioridade em todas as orientações estratégicas. Esperamos que as OSC possam, em última análise, influenciar as decisões políticas que têm um grande impacto nos recursos naturais. A integração da conservação da biodiversidade e dos serviços do ecossistema em todos os níveis de tomada de decisão e de planeamento é uma abordagem fundamental que irá reforçar a sustentabilidade institucional e financeira do investimento do CEPF na região. Embora o nosso foco seja a sociedade civil, esperamos que, através do nosso trabalho, a capacidade das instituições governamentais também possa ser fortalecida. Estamos particularmente interessados em demonstrar os resultados e os ensinamentos do nosso trabalho aos governos locais e nacionais, para que possam considerar como expandir e replicar os sucessos, através do reforço do apoio político e da catalisação de fundos adicionais do governo ou de doadores.

CRITICAL | **ECOSYSTEM**
PARTNERSHIP FUND